



RELATÓRIO E CONTAS 2017

ÍNDICE

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

2. ATIVIDADE DA FUNDAÇÃO DE ACORDO COM AS LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA (LOE) E O PLANO DE AÇÃO PARA 2017

2.1 Análise global da atividade

2.2 Projetos próprios da Fundação

2.2.1 Frota Solidária

2.2.2 Programa FACES

2.2.3 Prémio Voluntariado Jovem

2.3 Atividade desenvolvida no âmbito da Linha de Orientação Estratégica I (LOE I – Promover respostas económicas, sociais e ambientais inovadoras e sustentáveis)

2.4 Atividade desenvolvida no âmbito da Linha de Orientação Estratégica II (LOE II – Apoiar a dinamização da cidadania ativa e da inovação social)

2.5 Atividade desenvolvida no âmbito da Linha de Orientação Estratégica III (LOE III – Consolidar a intervenção em todo o território nacional através da cooperação com parceiros locais)

2.6 Atividade desenvolvida no âmbito da Linha de Orientação Estratégica IV (LOE IV – Reforçar o papel da Fundação como protagonista da responsabilidade social externa do Grupo Montepio)

3. CONCLUSÃO

4. ANÁLISE FINANCEIRA

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Ao longo do ano de 2017, o trabalho da Fundação Montepio procurou efetivar a sua missão em prol do desenvolvimento sustentável de Portugal e do progresso da economia social.

Sem alterar de forma profunda a sua forma de estar enquanto financiadora social de referência, a Fundação procurou inovar nos seus métodos de abordagem, em linha com as principais tendências nacionais e internacionais.

Interpretando a preocupação em construir sólidas pontes entre investidores sociais, consolidou as suas parcerias e estimulou a aproximação entre as entidades e projetos apoiados.

Igualmente ciente das dificuldades que a economia social enfrenta, promoveu diversas iniciativas de capacitação das entidades e dos seus dirigentes e quadros técnicos, com o apoio da Associação Mutualista e de outras entidades externas.

Tal como nos anos transatos, a Fundação assegurou a representação do Grupo Montepio em diversas estruturas nacionais e internacionais no domínio da responsabilidade social, procurando demonstrar a vitalidade desta frente de intervenção.

A atuação da Fundação esteve sempre em estreita articulação com as demais entidades do Grupo, procurando apoiá-las nas suas incursões em matéria de envolvimento com a comunidade, como resulta do relatório de sustentabilidade.

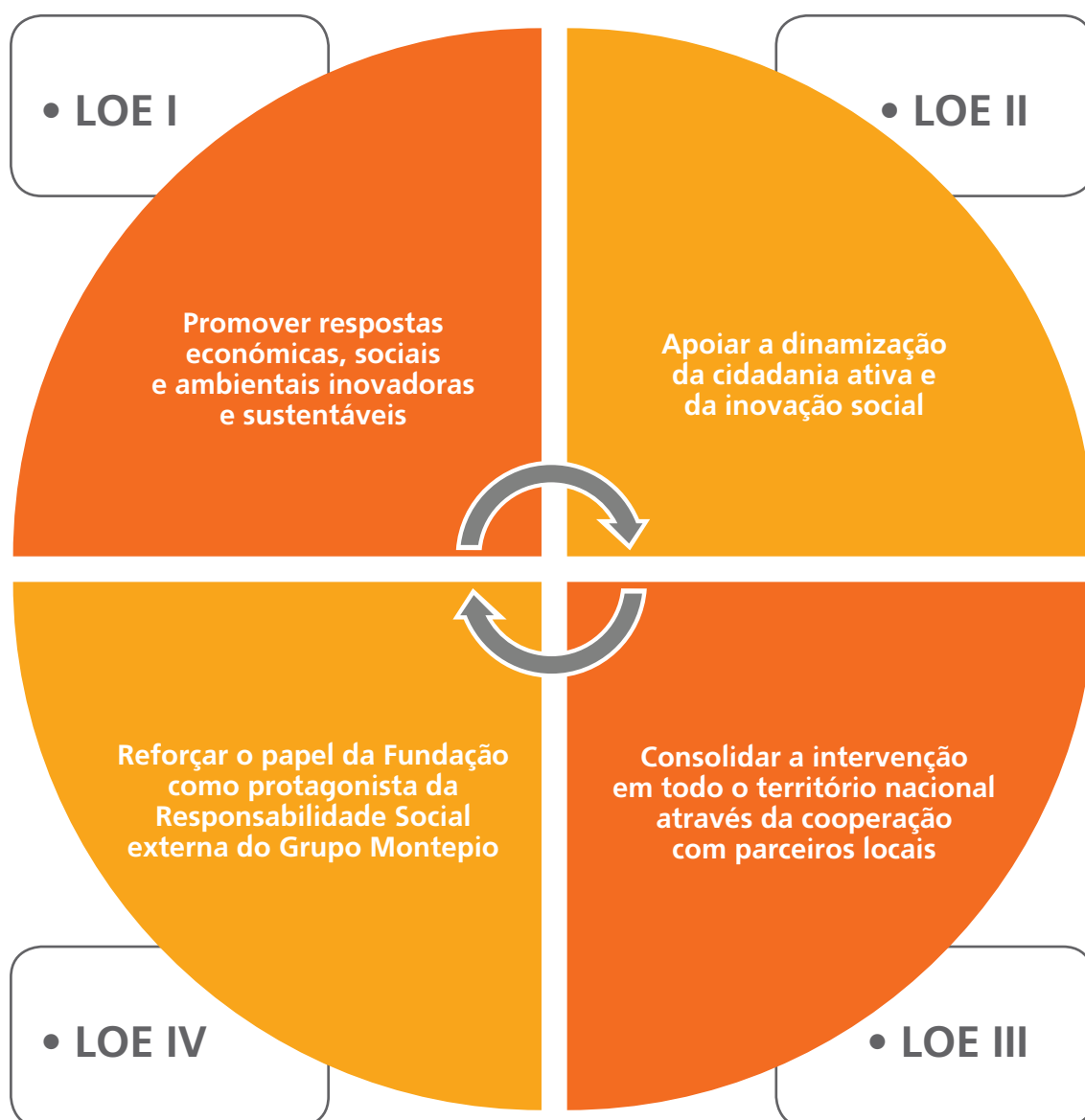
O presente Relatório pretende aprofundar as atividades realizadas e relacioná-las com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, espelhando a diversidade das atividades realizadas de modo a que os *stakeholders* percecionem a convergência entre os princípios que nos movem e a intervenção efetuada.

Extenso, consistente e rigoroso, o trabalho feito é o reflexo de uma matriz mutualista de compromisso com a sociedade portuguesa que nos deixa orgulhosos, apesar de convictos de que nesta dimensão poderemos sempre fazer mais e melhor.

António Tomás Correia
Presidente da Fundação Montepio

2. ATIVIDADE DA FUNDAÇÃO DE ACORDO COM AS LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA (LOE) E O PLANO DE AÇÃO PARA 2017

Em cumprimento das Linhas de Orientação Estratégica (LOE) e o Plano de Ação definido, apresentamos a atividade desenvolvida pela Fundação durante o ano de 2017.



2.1 ANÁLISE GLOBAL DA ATIVIDADE

Procedendo agora a uma análise global da atividade da Fundação importa referir que foi aplicado um valor total de 1 459.844,08 euros, da seguinte forma:

SAS Apostas Sociais (investimento)	75.000,00 €
Fundo Revita	253.626,49€
Apoio concedido no âmbito do Plano de Ação definido	1 206.217,59€

Com o objetivo de procurar encontrar fontes de financiamento alternativas e complementares para a Fundação, que contribuíssem para um aumento das suas receitas e consequente aumento de atividade, o Conselho de Administração da Fundação Montepio deliberou a integração na Sociedade Anónima criada para gestão dos jogos *online*, tendo sido subscrito um capital de 75.000,00 euros, com expectativas de retorno já em 2018.

Ainda fora da atividade planeada, foi solicitado à Fundação que abrisse uma conta solidária destinada a apoiar as vítimas dos incêndios de junho, com a designação “Solidariedade com Pedrógão”. Nessa conta foram depositados os donativos da Associação Mutualista Montepio, da Caixa Económica e da própria Fundação, de acordo com o gráfico seguinte.

QUADRO I

DOADOR	VALOR (em euros)
Associação Mutualista Montepio	100.000,00
Caixa Económica Montepio Geral	100.000,00
Fundação Montepio	50.000,00
Outros doadores	3.626,49
Total	253.626,49

Os valores angariados foram integralmente transferidos para o Fundo Revita, criado pelo Governo, e afetos à reabilitação de habitações destruídas, conforme relatórios de execução enviados à Fundação Montepio.

No que respeita aos apoios concedidos a entidades de economia social no contexto da atividade normal da Fundação, importa referir que em 2017 a Fundação recebeu cerca de 251 solicitações.

Apenas 95 justificaram a sua inserção no Portal do Gabinete de Responsabilidade Social, por se enquadrarem nos objetivos de atuação, tendo merecido análise, deliberação do Conselho de Administração e resposta por parte da equipa.

Para além destas abordagens pontuais, devemos ainda registar 413 candidaturas à Frota Solidária, igualmente alvo de apreciação.

Após criteriosa análise dos pedidos, foram financiados 78 projetos, a que correspondeu um financiamento total no montante de 1 206.217,59 euros.

Em 2017 registou-se uma diminuição do número total dos projetos apoiados face a 2016, embora o valor total dos apoios não tenha sofrido uma redução tão acentuada.

O valor médio por projeto apoiado registou um aumento considerável para 15.464,33 face ao valor de 9.748,01 euros registado em 2016, o que permitiu promover projetos mais consistentes e duradouros.

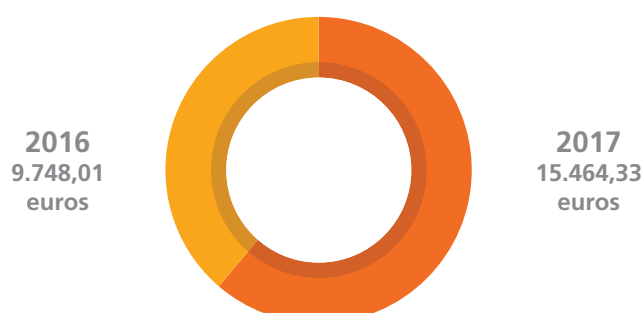
N.º DE PROJETOS APOIADOS



VALOR COMPARATIVO DOS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS



VALOR MÉDIO DOS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS



A Fundação afetou um montante global de 838.084,32 euros em projetos próprios (FACES – Financiamento e Apoio para o Combate à Exclusão Social, Frota Solidária e Prémio Voluntariado Jovem), valor muito superior ao registado em 2016 (507.489,92 euros).

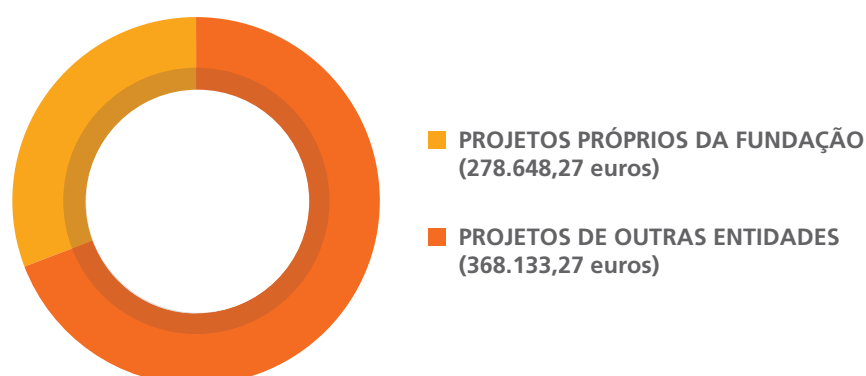
À semelhança dos anos anteriores o projeto Frota Solidária continua a ser o que aloca maior valor no total de recursos afetos ao conjunto dos projetos próprios. No entanto, face ao montante global aplicado em projetos próprios em 2017, o valor destinado à Frota representou cerca de 65,3% (face aos 92% que representava em 2016).

VALOR AFETO A PROJETOS PRÓPRIOS DA FUNDAÇÃO (838.084,32 EUROS)



Numa análise mais global da aplicação dos recursos da Fundação verifica-se que, em 2017, houve um aumento da dotação afeta aos seus projetos próprios, que representaram cerca de 69% face ao total de investimentos afetos a outros projetos (31%), como aliás foi recomendado pelo Conselho de Curadores.

COMPARAÇÃO ENTRE O VALOR AFETO A PROJETOS PRÓPRIOS E O VALOR AFETO A OUTROS PROJETOS



O quadro seguinte pretende demonstrar a relação existente entre a dotação orçamental e a atividade realizada.

DISTRIBUIÇÃO TOTAL DE APOIOS POR RECEITA ORÇAMENTAL

APOIOS CONCEDIDOS PELA FUNDAÇÃO	N.º	OBJETIVO	VALOR (em euros)
No âmbito da receita orçamental proveniente da Consignação Fiscal em 2016 + parte da receita orçamental anual concedida pelo MGAM	20	Frota Solidária	546.936,05
No âmbito da receita orçamental concedida pelo MGAM	18	FACES	278.648,27
	1	Prémio Voluntariado Jovem	12.500,00
	35	Outros projetos	344.721,33
No âmbito de parte da receita orçamental anual concedida pela CEMG	4	Cartão +Vida	23.411,94
TOTAL	78		1 206.217,59

O projeto **Frota Solidária**, no qual a Fundação investiu 546.936,05 euros em 2017, resultou da afetação da verba recebida em 2016 por via da Consignação Fiscal (342.764,96 euros) e também de parte do orçamento anual concedido pelo MGAM à Fundação (204.171,09 euros).

O valor atribuído às instituições beneficiárias do Cartão +Vida resultou da dotação orçamental efetuada pela CEMG – Caixa Económica Montepio Geral, por via do valor apurado dos pontos *batch* do Cartão +Vida. Trata-se de um projeto em parceria com a CEMG cuja efetivação conta com o envolvimento da Fundação na gestão da verba e na seleção das entidades beneficiárias.

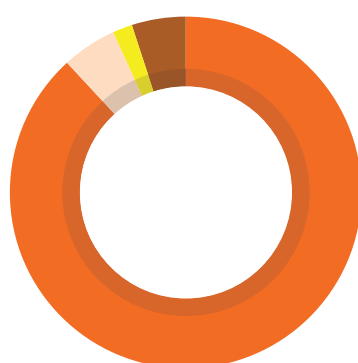
Da dotação orçamental anual (1 000.000,00 euros) proveniente do MGAM que não foi canalizada para o projeto Frota Solidária (204.171,09 euros), a Fundação investiu 75.000,00 euros na SAS Apostas Sociais Online, como aliás já foi anteriormente referido, tendo apoiado ainda com 50.000 euros a conta Solidariedade com Pedrógão (para apoio ao Fundo Revita), com 278.648,27 euros os projetos aprovados no âmbito do FACES, com 12.500 euros o Projeto Voluntariado Montepio e, com cerca de 344.721,33 euros, outros projetos no âmbito das LOE definidas.

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS FINANCIADOS PELA FUNDAÇÃO POR LOE

LOE	N.º DE PROJETOS	VALOR (em euros)
I - Promover respostas económicas, sociais e ambientais inovadoras e sustentáveis	69	1 145.587,59
II - Apoiar a dinamização da cidadania ativa e da inovação social	4	25.000,00
III - Consolidar a intervenção em todo o território nacional através da cooperação com parceiros locais	1	6.000,00
IV - Reforçar o papel da Fundação como protagonista da Responsabilidade Social externa do Grupo Montepio	4	29.630,00
TOTAL	78	1 206.217,59

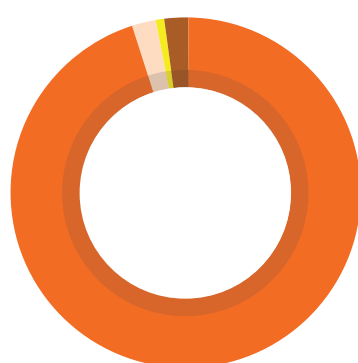
No âmbito da aplicação das receitas orçamentais provenientes do MGAM, CEMG e Consignação Fiscal, os gráficos seguintes ilustram a distribuição percentual dos apoios concedidos pela Fundação (em número e em valor) consoante a LOE em que estão inseridos.

DISTRIBUIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DA FUNDAÇÃO POR LOE (EM NÚMERO DE PROJETOS)



- I - Promover respostas económicas, sociais e ambientais inovadoras e sustentáveis (69 projetos)
- II - Apoiar a dinamização da cidadania ativa e da inovação social (4 projetos)
- III - Consolidar a intervenção em todo o território nacional através da cooperação com parceiros locais (1 projeto)
- IV - Reforçar o papel da Fundação como protagonista da Responsabilidade Social externa do Grupo Montepio (4 projetos)

DISTRIBUIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DA FUNDAÇÃO POR LOE (EM VALOR)



- I - Promover respostas económicas, sociais e ambientais inovadoras e sustentáveis (1 145.587,59 euros)
- II - Apoiar a dinamização da cidadania ativa e da inovação social (25.000 euros)
- III - Consolidar a intervenção em todo o território nacional através da cooperação com parceiros locais (6 000 euros)
- IV - Reforçar o papel da Fundação como protagonista da Responsabilidade Social externa do Grupo Montepio (29.630 euros)

2.2 PROJETOS PRÓPRIOS DA FUNDAÇÃO

Sem prejuízo da referência feita a estes projetos noutros pontos do presente relatório, importa fazer uma referência específica e mais aprofundada aos projetos próprios da Fundação.

2.2.1 FROTA SOLIDÁRIA



A Frota Solidária constitui um dos mais relevantes projetos próprios da Fundação, que concretiza o objetivo 10 dos ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), contribuindo, de uma forma clara, para a redução das desigualdades através do apoio à mobilidade.

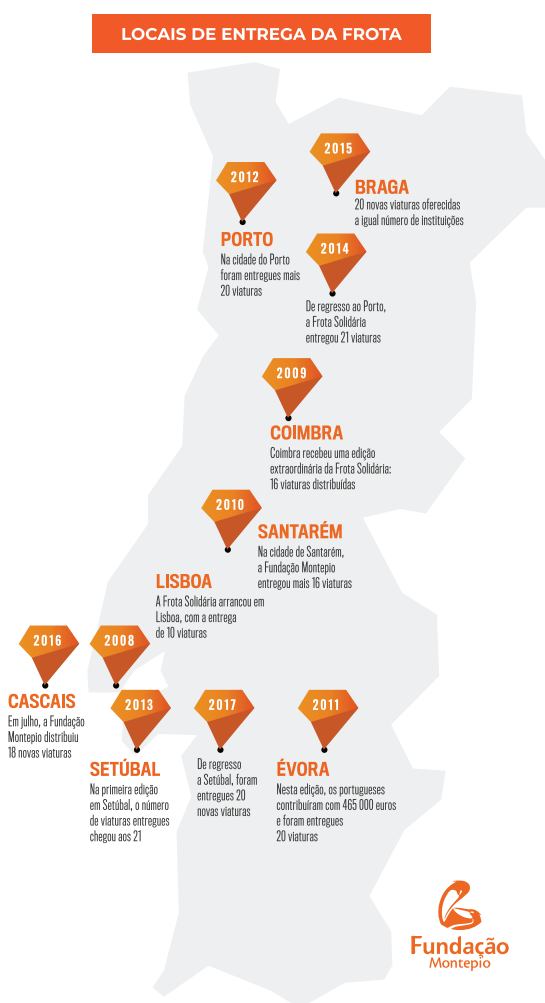
É um projeto iniciado em 2008, quando a Fundação Montepio verificou que um dos problemas que afetavam os beneficiários da economia social era a dificuldade de locomoção entre as suas residências e as sedes das entidades que as apoiam.

A existência de um veículo que garanta o transporte regular de pessoas idosas, crianças e pessoas com deficiência, faz a diferença, combatendo o isolamento e garantindo a prestação de cuidados.

Em 2017 foram recebidas 413 candidaturas. A Fundação teve a preocupação de eleger entidades representativas da maioria dos distritos que atuam em áreas de intervenção diferentes, de modo a refletir a pluralidade da economia social.

Preferindo, naturalmente, entidades cuja atividade é mais meritória, não foram esquecidas as dimensões da interioridade e da relação forte ao Grupo Montepio.

A 8 de setembro foram entregues, em Setúbal, mais 20 viaturas adaptadas, no valor total de 546.936,05 euros, que beneficiaram as entidades constantes do quadro seguinte.



INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS COM A FROTA SOLIDÁRIA EM 2017

ENTIDADE	DISTRITO	ÁREA	VALOR (em euros)
APCE - Associação de Paralisia Cerebral de Évora	Évora	Deficiência	29.462,78
Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra	Coimbra	Deficiência	29.462,78
Associação Leque - Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Necessidades Especiais	Bragança	Deficiência	29.462,78
Associação Luis Pereira da Motta	Lisboa	Deficiência	29.462,78
Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Figueira da Foz	Coimbra	Deficiência	29.462,78
Associação Sócio-Cultural, Desportiva e Recreativa de Gumieir	Viseu	Envelhecimento	29.462,78
Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Amora	Setúbal	Envelhecimento	29.462,78
CASA - Centro de Apoio ao Sem-Abrigo _ Delegação do Funchal	Madeira	Comunidade	20.703,67
CECD Mira Sintra - Centro de Educação para o Cidadão com Deficiência	Lisboa	Deficiência	29.462,78
Centro Social e Cultural de S. Pedro da Torre	Viana do Castelo	Deficiência	29.462,78
Centro Social e Paroquial da Bobadela	Lisboa	Comunidade	20.703,67

ENTIDADE	DISTRITO	ÁREA	VALOR (em euros)
Centro Social Paroquial de Alfazêirão	Leiria	Infância e Juventude	21.441,67
Centro Social Paroquial do Bunheiro	Aveiro	Comunidade	29.462,78
Centro Social, Cultural e Recreativo do Lamegal	Guarda	Deficiência	29.462,78
CERCI Braga - Cooperativa de Educação e Reabilitação para Cidadãos com Incapacidades	Braga	Deficiência	29.462,78
Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros	Setúbal	Comunidade	20.703,67
Santa Casa da Misericórdia de Belmonte	Castelo Branco	Envelhecimento	29.462,78
Santa Casa da Misericórdia de Lagos	Faro	Comunidade	29.462,78
Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde	Porto	Infância e Juventude	21.441,67
Santa Casa da Misericórdia do Nordeste	Açores	Comunidade	29.462,78

2.2.2 PROGRAMA FACES



Tal como constava do Plano de Ação e Orçamento da Fundação para 2017, foi alterada a política de financiamento social, optando por selecionar áreas de intervenção prioritárias, abrir um período de candidaturas e apreciar, comparativamente, os projetos apresentados.

Assim, foi criado o Programa FACES - Financiamento e Apoio para Combate à Exclusão Social, com três linhas de financiamento destinadas a apoiar projetos de intervenção social que promovam a empregabilidade das pessoas com deficiência (FACES 1), a autonomização ou o regresso à família de crianças e jovens em situações de risco (FACES 2) e respostas inclusivas para famílias vulneráveis e pessoas sem-abrigo (FACES 3).



O objetivo comum às três dimensões era o da promoção do empoderamento dos destinatários finais, de modo a contribuir para a sua emancipação face às respetivas entidades e de estimular o aparecimento de novas soluções de integração na vida ativa e no mercado de trabalho.

Nesta 1.ª edição foram recebidas 215 candidaturas provenientes de instituições de diversos pontos do país, tendo sido selecionados 18 projetos que apresentavam metodologias inovadoras, assentes em parcerias e com sustentabilidade a longo prazo, e que apresentavam maior robustez técnica, maior implantação local e maior potencial de sucesso, fatores decisivos para o investimento proposto.

Apesar da sua morosidade e complexidade, o próprio processo de análise e seleção das candidaturas permitiu um maior conhecimento das instituições e da realidade do país e deu oportunidade ao aparecimento de novas realidades e promotores, até então desconhecidos pela Fundação.

A Fundação Montepio afetou 278.648,27 euros a estes projetos, com um valor médio de 15.480,00 euros, o que permite garantir a sua execução e aumentar as garantias de sucesso.

INSTITUIÇÕES E PROJETOS APOIADOS NO ÂMBITO DO FACES 2017

ENTIDADE	DISTRITO	ÁREA	Projeto	VALOR (em euros)
AFID - Associação Nacional Familiar Integração Pessoa Deficiente	Lisboa	Deficiência	FACES1 _ Projeto "Mais Capacidade"	29.125,07
APPACDM Coimbra	Coimbra	Deficiência	FACES1 _ Projeto "ArgusRecycling"	18.425,38
ARCIL - Associação de Recuperação dos Cidadãos Inadaptados Lousã	Coimbra	Deficiência	FACES1 _ Projeto "Empregabilidade e inclusão"	9.575,00
BIPP - Inclusão para a Deficiência	Lisboa	Deficiência	FACES1 _ Projeto "Semear na Terra"	22.000,00
CAID - Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente	Porto	Deficiência	FACES1 _ Projeto "Jardin'Art"	17.518,58
Centro Social Cultural São Pedro de Bairro	Braga	Deficiência	FACES1 _ Projeto "Ser"	21.640,00
CERCICAPER - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera	Leiria	Deficiência	FACES1 _ Projeto "Cultivar a Inclusão"	23.843,59
INCLUIR - Associação para a Inclusão dos Cidadãos com Necessidades Especiais Maria do Carmo Silva Melancia	Santarém	Deficiência	FACES1 _ Projeto "Aquilo que eu sou"	16.595,95
NECI - Núcleo Especializado para o Cidadão Inclusivo	Faro	Deficiência	FACES1 _ Projeto "Sítio do Boto"	26.339,05
Grupo de Ação Social do Porto - GAS Porto	Porto	Infância e Juventude	FACES2 _ Projeto "Percurso"	15.750,00
Santa Casa da Misericórdia de Almada	Setúbal	Infância e Juventude	FACES2 _ Projeto "Sentidos"	12.797,00
APAC - Portugal	Lisboa	Comunidade	FACES3 _ Projeto "Prison Voice Mail"	4.200,00
Associação Integrar	Coimbra	Comunidade	FACES3 _ Projeto "Sementes de hoje num chão de amanhã - Hortas Sociais"	3.256,65
Associação Laços sem Nós	Coimbra	Comunidade	FACES3 _ Projeto "Ativar'te"	10.100,00
CEIFAC - Centro Integrado de Apoio Familiar de Coimbra	Coimbra	Comunidade	FACES3 _ Projeto "Sabão com Arte"	10.040,00
Crescer na Maior	Lisboa	Comunidade	FACES3 _ Projeto "É uma casa"	24.450,00
Cruz Vermelha Évora _ Delegação de Évora	Évora	Comunidade	FACES3 _ Projeto "100 Abrigo"	9.252,00
STC - Associação Serve The City Portugal	Lisboa	Comunidade	FACES3 _ Projeto "Ateliês comunitários"	3.740,00

Como decorre do quadro anterior, verificou-se um desequilíbrio entre o número de projetos apoiados por tipologia, o que se deveu à qualidade dos projetos apoiados e que claramente reflete o grau de maturidade que as instituições que atuam na área da deficiência possuem.

Os projetos apresentados no FACES 1 revelam uma enorme preocupação de sustentabilidade das entidades promotoras, a vontade inequívoca de colocar os seus clientes em contextos de trabalho inclusivo, que lhes permitam obter receitas próprias e aumentar a sua auto-estima.

De salientar ainda, a ligação ao ambiente, a utilização de tecnologia e o espírito empresarial, condimentos essenciais à inovação social e à obtenção de resultados.

Apesar de menos disruptivos, os projetos apresentados no FACES 2 e no FACES 3 também recorrem à tecnologia e promovem o envolvimento construtivo dos beneficiários trazendo soluções interessantes para o combate à exclusão e a facilitação dos processos de autonomia.

A Fundação celebrou protocolos de cooperação com todas as entidades beneficiadas, de modo a acompanhar a implementação dos projetos financiados. A cerimónia de entrega dos financiamentos e assinatura das parcerias ocorreu no dia 30 de junho.

2.2.3 PRÉMIO VOLUNTARIADO JOVEM



Criado em 2010, o Prémio de Voluntariado Jovem Montepio tem vindo a distinguir, reconhecer, promover e divulgar o voluntariado jovem através do estímulo à apresentação de projetos inovadores nas áreas de solidariedade e saúde, economia social, educação e formação.

No ano de 2017, com a sua reedição em novos moldes, o Montepio propôs-se dar continuidade ao trabalho desenvolvido, colocando o foco na criação de projetos de base territorial. O desafio consistiu em explorar com os jovens conceitos e ferramentas para a construção de soluções coletivas para problemas/necessidades locais, ou seja, de comunidades e/ou territórios específicos.

Mantendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida das comunidades, pretendeu-se potenciar o trabalho entre entidades de cariz público, privado e da sociedade civil, incentivando o encontro, a participação e a partilha de práticas, olhares e saberes entre jovens e entidades de vários pontos do país.

“Pensar global, agir local” foi o mote deste prémio, num desafio à ação local a partir de um olhar e pensamento global.

Quatro entidades de economia social que trabalham com jovens vulneráveis e que já beneficiaram de iniciativas do programa de voluntariado corporativo do Montepio foram desafiadas a participar com equipas de jovens e monitores - Lar Santa Estefânia de (Guimarães)/Associação de Proteção à Infância Bispo D. António Barroso (Porto)/Centro Social do Soutelo (Gondomar) e Instituto D. Francisco Gomes – Casa dos Rapazes (Faro).

O lançamento da iniciativa decorreu a **20 de novembro**, no espaço **atmosfera m**, na **Rua Castilho, em Lisboa**, e a ação teve lugar no Bairro da Liberdade/Serafina, em Campolide, Lisboa, nos dias **19 e 20 de janeiro de 2018**.



2.3 ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DA LINHA DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA I (LOE I – PROMOVER RESPOSTAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS INOVADORAS E SUSTENTÁVEIS)

Para além dos projetos apoiados no contexto do programa FACES, que mereceram referência específica, a Fundação manteve algumas parcerias e apoios em virtude da sua relevância social, constantes do quadro seguinte que demonstra como foram alocados os apoios por “objetivo” e por “área de intervenção”, sendo claramente perceptível que o objetivo 1 absorve cerca de 97,3% dos financiamentos concedidos, à semelhança do que se verificou nos anos anteriores e em cumprimento dos estatutos da própria Fundação.

Neste objetivo 1 da LOE 1 foram enquadrados também os apoios concedidos no âmbito do projeto Frota Solidária e do FACES – Financiamento e Apoio para o Combate à Exclusão Social.

LOE	OBJETIVO GERAL	ÁREA DE INTERVENÇÃO	N.º DE PROJETOS	VALOR (em euros)
I - Promover respostas económicas e sociais inovadoras e sustentáveis	1. Apoiar técnica e financeiramente projetos nas áreas da solidariedade, saúde, educação e formação, numa ação complementar e não substitutiva do Estado	Cidadania	1	9.000,00
		Comunidade	17	270.738,34
		Deficiência	22	486.311,19
		Educação / Formação	3	38.005,78
		Empregabilidade	1	15.000,00
		Envelhecimento	6	132.988,34
		Inclusão Social	2	18.000,00
		Infância e Juventude	11	123.811,68
		Saúde	3	21.011,26
		Total	66	1 114.866,59
	3. Promover a qualidade global das organizações, nomeadamente, fomentar a capacitação dos dirigentes e quadros técnicos das organizações	Capacitação	3	30.721,00
		Totais	3	30.721,00
	TOTAL		69	1 145.587,59

SÍNTESE DE ENTIDADES /PROJETOS APOIADOS POR ÁREA DE INTERVENÇÃO NO CONTEXTO DO OBJETIVO 1 DA LOE 1

ÁREA DE INTERVENÇÃO	ENTIDADE	PROJETO	VALOR (em euros)
Cidadania	APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	Prémio APAV	9.000,00
Comunidade	Alzheimer Portugal	Cuidar Melhor _ Café Memória	31.000,00
	Associação Integrar	FACES3 _ Projeto “Sementes de hoje num chão de amanhã - Hortas Sociais”	3.256,65
	CEIFAC - Centro Integrado de Apoio Familiar de Coimbra	FACES3 _ Projeto “Sabão com Arte”	10.040,00

ÁREA DE INTERVENÇÃO	ENTIDADE	PROJETO	VALOR (em euros)
Comunidade	Crescer na Maior	FACES3 _ Projeto "É uma casa"	24.450,00
	STC - Associação Serve The City Portugal	FACES3 _ Projeto "Ateliês comunitários"	3.740,00
	APAC - Portugal	FACES3 _ Projeto "Prison Voice Mail"	4.200,00
	Cruz Vermelha Évora _ Delegação de Évora	FACES3 _ Projeto "100 Abrigo"	9.252,00
	Associação Laços sem Nós	FACES3 _ Projeto "Ativar'te"	10.100,00
	Centro Social Nossa Senhora da Vitória	Promoção da inclusão social e a defesa do património no centro histórico do Porto	12.000,00
	Centro Social e Paroquial da Bobadela	Frota Solidária	20.703,67
	Santa Casa da Misericórdia do Nordeste	Frota Solidária	29.462,78
	Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros	Frota Solidária	20.703,67
	Santa Casa da Misericórdia de Lagos	Frota Solidária	29.462,78
	CASA - Centro de Apoio ao Sem-Abrigo _ Del. Funchal	Frota Solidária	20.703,67
	Centro Social Paroquial do Bunheiro	Frota Solidária	29.462,78
	IPAV - Instituto Padre António Vieira	Plataforma PAR na integração de refugiados em território português	6.000,00
	Fundação de Edite Costa Matos - Mão Amiga	Cartão +Vida	6.200,34
Deficiência	APPACDM Porto	CRIDEM	6.150,00
	Mobilidade Positiva	Apoio a pessoas com dificuldades de mobilidade	17.433,55
	BIPP - Inclusão para a Deficiência	FACES1 _ Projeto "Semear na Terra"	22.000,00
	APPACDM Coimbra	FACES1 _ Projeto "ArgusRecycling"	18.425,38
	CERCICAPER Cooperativa para Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pêra	FACES1 _ Projeto "Cultivar a Inclusão"	23.843,59
	NECI - Núcleo Especializado para o Cidadão Inclusivo	FACES1 _ Projeto "Sítio do Boto"	26.339,05
	INCLUIR - Associação para Inclusão dos Cidadãos com Necessidades Especiais Maria do Carmo Silva Melancia	FACES1 _ Projeto "Aquilo que eu sou"	16.595,95
	ARCIL - Associação de Recuperação dos Cidadãos Inadaptados Lousã	FACES1 _ Projeto "Empregabilidade e inclusão"	9.575,00
	AFID - Associação Nacional Familiar Integração da Pessoa Deficiente	FACES1 _ Projeto "Mais Capacidade"	29.125,07
	Centro Social Cultural São Pedro de Bairro	FACES1 _ Projeto "Ser"	21.640,00

ÁREA DE INTERVENÇÃO	ENTIDADE	PROJETO	VALOR (em euros)
Deficiência	CAID - Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente	FACES1 _ Projeto "Jardin'Art"	17.518,58
	Associação Luís Pereira da Motta	Frota Solidária	29.462,78
	Centro Social, Cultural e Recreativo do Lamegal	Frota Solidária	29.462,78
	Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra	Frota Solidária	29.462,78
	Centro Social e Cultural de S. Pedro da Torre	Frota Solidária	29.462,78
	CECD Mira Sintra - Centro de Educação para o Cidadão com Deficiência	Frota Solidária	29.462,78
	Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Figueira da Foz	Frota Solidária	29.462,78
	APCE - Associação de Paralisia Cerebral de Évora	Frota Solidária	29.462,78
	CERCI Braga - Cooperativa de Educação e Reabilitação para Cidadãos com Incapacidades	Frota Solidária	29.462,78
	Associação Leque - Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Necessidades Especiais	Frota Solidária	29.462,78
	Associação Inovar Autismo	Processo de instalação da associação	10.000,00
	Associação Portuguesa de Cães de Assistência	Aquisição e treino de um cão de assistência para jovens autistas	2.500,00
Educação / Formação	Prémio LITERACIA 3D	Prémio aos três vencedores	10.005,78
	IPAV - Instituto Padre António Vieira	Academia Ubuntu	22.000,00
	Fundação Cidade de Lisboa	Academia CV - Capacitar e Valorizar	6.000,00
Empregabilidade	IPAV - Instituto Padre António Vieira (GEPE)	GEPE	15.000,00
Envelhecimento	APOIO - Associação de Solidariedade Social	Apoio à mobilidade de idosos em situação de dependência e demência	8.400,00
	Associação Mais Proximidade Melhor Vida	Mais Proximidade Melhor Vida	29.200,00
	Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Amora	Frota Solidária	29.462,78
	Associação Sócio-Cultural, Desportiva e Recreativa de Gumieir	Frota Solidária	29.462,78
	Santa Casa da Misericórdia de Belmonte	Frota Solidária	29.462,78
	Centro Social Soutelo	Apoio para a construção de uma sala de Snoezelen	7.000,00
Inclusão Social	Espaço T	Apoiar artistas com deficiência	10.000,00
	EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza	Observatório da Luta contra a Pobreza	8.000,00

ÁREA DE INTERVENÇÃO	ENTIDADE	PROJETO	VALOR (em euros)
Infância e Juventude	Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura	Projeto “Roda Viva”	6.000,00
	Universidade de Évora	Apoiar jovens universitários carenciados	5.660,00
	Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde	Frota Solidária	21.441,67
	Centro Social Paroquial de Alfazêirão	Frota Solidária	21.441,67
	Associação Corações com Coroa	Apoio a duas jovens bolseiras	15.621,00
	Associação Corações com Coroa	Cartão +Vida	6.200,34
	Associação Corações com Coroa	Cartão +Vida	6.200,34
	Santa Casa da Misericórdia de Almada	FACES2 _ Projeto “Sentidos”	12.797,00
	Grupo de Ação Social do Porto - GAS Porto	FACES2 _ Projeto “Percursos”	15.750,00
	Interagir- Linadem - Liga para o Estudo e Apoio à Inserção Social	Apoio à capacitação da equipa do projeto	6.000,00
	Centro Social da Musgueira	Apoio para finalizar a obra das hortas realizada por voluntários	3 400,00
	Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas (Centro Sagrada Família)	Apoio para aquisição de Tuk Tuk para melhorar as acessibilidades internas	9.500,00
Saúde	ACAPO - Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal	Cartão +Vida	5.505,63
	Associação Retinopatia de Portugal	Cartão +Vida	5.505,63
	Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso	Apoiar crianças e famílias vulneráveis	10.000,00

De entre todos esses projetos e em virtude da sua abrangência, grau de inovação e envolvimento da Fundação, destacam-se os seguintes projetos, por área de intervenção:

2.3.1 CIDADANIA



Em 2017 a Fundação manteve a sua parceria com a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, financiando o Prémio APAV, que visa premiar trabalhos de investigação científica sobre temas ou problemas relacionados com a missão da associação.



Infelizmente, no ano transato, o júri entendeu não estarem reunidas as condições para distinguir nenhum trabalho, tendo proposto à Fundação a transferência do apoio para o Prémio de Jornalismo, que igualmente visa sensibilizar a comunicação social para a importância de divulgar os temas da violência e a proteção da vítima.

2.3.2 COMUNIDADE



Neste domínio, assinala-se o projeto Cuidar Melhor, que engloba a dimensão Café Memória, promovido pela Associação Alzheimer Portugal e que conta, para além do envolvimento da Fundação Montepio, com as parcerias da Fundação Calouste Gulbenkian, do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa, aos quais se associaram as empresas Sonae Sierra e a Lusitânia Seguros e os municípios de Cascais, Oeiras e Sintra.



O projeto, que foi lançado em 2011, tem como foco a inclusão e promoção dos direitos das pessoas com demência, bem como o apoio e valorização dos familiares e profissionais que lhes prestam cuidados, nos domínios da intervenção técnica e do apoio jurídico e científico.

Os três gabinetes, criados nos referidos concelhos, continuam a prestar serviços de informação, encaminhamento, apoio jurídico, formação e serviços clínicos, tais como, avaliações neuropsicológicas, sessões de estimulação cognitiva à Pessoa com Demência, consultas de apoio psicológico ao cuidador e realizaram 525 atendimentos a cuidadores familiares e 591 serviços clínicos.

De sublinhar que esta resposta, inovadora e essencial, foi alvo de avaliação muito positiva no âmbito do programa de impacto social e deveria constituir uma política pública neste domínio.

Infelizmente, não só não foi ainda reconhecida como prática a disseminar como continua sem qualquer tipo de financiamento público, à exceção da colaboração dos municípios.

Relativamente à sensibilização da comunidade para o tema das Demências, a equipa do projeto Cuidar Melhor realizou 25 ações de sensibilização com 1 353 participantes em 2017 e, no que se refere à formação de cuidadores familiares e profissionais nesta área específica de intervenção, levou a cabo 25 ações de formação, 19 das quais dirigidas a profissionais e 6 dirigidas a familiares. Estas ações formativas reuniram, no total, 379 participantes.

O projeto visa, também, desenvolver o conceito “Memory Café” no nosso país, que consiste num local de encontro para pessoas com problemas de memória ou demência e seus familiares, para partilha de experiências e suporte mútuo.

No ano 2017, foram criadas mais cinco unidades: Leiria, Sintra, Évora e Lisboa (Campo Pequeno e Marvila) e renovadas as parcerias para um 2.º, 3.º ou 4.º ano de atividade dos outros três Cafés Memória de Lisboa, bem como dos de Cascais, Viana do Castelo, Porto, Oeiras, Braga, Viseu, Barcelos, Guimarães, Madeira e Almada.

No final de 2017, estavam a funcionar 18 Cafés Memória em Portugal, que reuniram 914 participantes e 2 639 participações, maioritariamente de cuidadores de pessoas com demência, assim como 248 convidados, tendo colaborado um número alargado de voluntários, que prestaram 4 928 horas de voluntariado, no âmbito desta rede de apoio.

No que respeita à expansão geográfica desta resposta social, celebrou-se um protocolo de colaboração com o município de Peniche e iniciaram-se negociações com o município de Almada. Ainda assim, este terceiro objetivo geral não foi concretizado ao nível das expectativas da equipa.

Ainda no domínio da comunidade, a Fundação enquanto membro do comité executivo acompanhou os desenvolvimentos da **Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR)**, quer no domínio da PAR Famílias, quer na PAR Linha da Frente, tendo subsidiado uma das missões dos voluntariados à Grécia.



Apesar do acolhimento dos refugiados em Portugal ter sofrido um declínio durante o ano de 2017, os dados da atividade da PAR são significativos de um esforço de cidadania e de solidariedade que tornou o nosso país um exemplo internacional.



Graças ao esforço colaborativo de todas as entidades que compõem esta parceria informal, em 22 de setembro, a PAR recebeu o «Prémio do Cidadão Europeu 2017», atribuído pelo Parlamento Europeu, que visa reconhecer pessoas ou organizações que promovem a integração europeia e a compreensão entre os povos.



2.3.3 DEFICIÊNCIA



Apesar do programa FACES incidir na dimensão da empregabilidade das pessoas com deficiência, a Fundação manteve, em 2017, a ligação a mais dois projetos – A Mobilidade Positiva e o CRIDEM.

A Mobilidade Positiva, plataforma que nasceu de um protocolo celebrado entre três associados do GRACE (Fundação Manuel António da Mota, Mobilidade Positiva e Fundação Montepio), tem como objetivo disponibilizar a famílias vulneráveis um conjunto de serviços únicos e inovadores na área da mobilidade e da acessibilidade, denominados “Solução Mobilidade Positiva”.

A Solução Mobilidade Positiva constitui uma resposta integrada que identifica, projeta, implementa, executa e gere soluções no âmbito dos produtos de apoio/ajudas técnicas e de mobilidade e acessibilidade na esfera habitacional.

No ano de 2017, foram apoiadas 8 intervenções, no valor total de 17.432,55 euros, que beneficiaram indivíduos com uma situação clínica grave, que, através deste projeto, melhoraram as suas condições de vida, como decorre do quadro e imagens seguintes.

SITUAÇÕES APOIADAS PELO PROJETO MOBILIDADE POSITIVA

CASO	INTERVENÇÃO REALIZADA	VALOR (em euros)
1	Adequação da cozinha	215,75
2	Fornecimento de elevador, arranjos exteriores e acessibilidade	784,40
3	Demolição e renovação da banheira e pavimento, intervenção na rede de águas quentes e frias, base e cabine de duche	1.639,29
4	Cadeira de elevador de escada para interior	3.613,28
5	Andarilho Mustang	1.406,09
6	Adaptação da casa de banho para entrada de cadeira de rodas	858,60
7	Aquisição da cadeira de banho e respetivos acessórios	665,10
8	Adaptação zona de banho	8.250,04

Ainda no âmbito da Deficiência, a Fundação Montepio, em parceria com a Fundação Manuel António da Mota e com a APPACDM do Porto, dedicou o ano de 2017 à preparação da segunda edição do CRIDEM - concurso nacional de expressão plástica de pessoas com deficiência mental.

De assinalar as diligências efetuadas para garantir a internacionalização do evento e a adesão de mais um parceiro, a Fundação AFID Diferença, que criou o Prémio Lutegarda, para distinguir os professores de artes plásticas das entidades concorrentes.

Destacamos, igualmente, a divulgação das obras vencedoras da edição de 2016, que foram expostas no Museu Municipal de Sever do Vouga, por iniciativa conjunta da Fundação Montepio e da Fundação Mão Amiga.



A exibição foi muito apreciada neste município e a inauguração contou com a presença do Presidente da Câmara, António Coutinho e Fundação Edite Costa Matos, Mão Amiga, representada por Edite Costa Matos, entidades patrocinadoras do evento.

Por fim, foram concedidos dois incentivos a duas entidades que deram os primeiros passos em 2017 – A Associação Inovar Autismo, que lançou um projeto de apoio a pessoas com autismo e seus familiares, na margem sul e a Associação Portuguesa de Cães de Assistência. Ambas pretendem aumentar os níveis de autonomia dos seus associados, proporcionando-lhes apoio para uma vida mais inclusiva.

2.3.4 EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO



Em 2017, foi desativado o Prémio Escolar Montepio, projeto próprio da Fundação, no resultado da avaliação efetuada. Verificou-se desinteresse e dificuldade das escolas públicas em apresentar projetos educativos inovadores, apesar do valor significativo dos prémios.

Nesse sentido, e de acordo com a sua filosofia de promoção de parcerias, a Fundação Montepio deliberou aderir à iniciativa lançada pela Porto Editora, empresa associada do GRACE e apoiar o Prémio Literacia 3D.

Neste sentido, não querendo abandonar a presença da Fundação na área da educação e dando continuidade ao reconhecimento e apoio a projetos educativos inovadores e ao contributo para o desenvolvimento dos índices educacionais e culturais dos jovens, a Fundação Montepio estabeleceu uma parceria com a Porto Editora, no âmbito da 2.ª edição do Projeto LITERACIA 3D.



Este desafio pelo conhecimento, que pretende contribuir para a elevação dos índices educacionais e culturais do nosso país, através de formatos próprios e inovadores, com base em provas interativas e individuais disponibilizadas pela plataforma *online* Escola Virtual, conta com o apoio de diversas instituições e personalidades das áreas da Educação e Cultura e de uma Comissão Científica, bem como de uma Comissão de Honra, para além da Samsung.

O Projeto LITERACIA 3D é um concurso a nível nacional que desafia os alunos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico de todos os estabelecimentos de ensino público e privado a testar competências de Leitura, Matemática e Ciência, em três fases distintas: local, distrital e nacional, através de provas semelhantes a avaliações internacionais.

Nesta segunda edição, que decorreu ao longo do ano letivo de 2016/2017, participaram 90 000 alunos, 750 escolas e 1 000 professores, na função de coordenadores da iniciativa,

nos respetivos estabelecimentos de ensino, tendo estado representados todos os distritos e regiões autónomas, com o envolvimento da comunidade escolar e municípios.

A grande final, em que realizaram provas 64 alunos, realizou-se no Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa, no dia 26 de maio de 2017, tendo sido apurados os 3 campeões nacionais da LITERACIA 3D: no domínio da Leitura, o José Monteiro, do Colégio Conciliar de Maria Imaculada; da Matemática, Duarte Saraiva do Colégio Valsassina; e da Ciência, Maria Cara D'Anjo, do Colégio Nossa Senhora da Assunção.



Igualmente na esfera da educação e formação, a Fundação Montepio financiou, com 6.000,00 euros, o projeto educativo liderado pela Fundação Cidade de Lisboa, designado por Academia CV (Capacitar e Valorizar).

Trata-se de um projeto dirigido a crianças e jovens vulneráveis, que residem no Bairro das Galinheiras e no Bairro do Pote de Água, com o duplo objetivo de valorizar o seu sucesso escolar e a cidadania, com recurso ao voluntariado de jovens universitários.

Entre janeiro e junho de 2017, foram beneficiados 78 alunos e capacitados 27 voluntários. Trata-se de um projeto-piloto, inovador, cuja avaliação e eventual disseminação se prevê que ocorra durante 2018.

Por último, sinalizamos mais uma edição da Academia Ubuntu. Inicialmente incluído no plano de ação e orçamento na LOE II, onde também faria sentido dada a sua relevância como escola de cidadania, este projeto, promovido pelo IPAV e que tem merecido o apoio expressivo da Fundação Montepio nos últimos dois anos, é uma referência no panorama da formação cívica e de liderança.

No ano de 2017, realizou-se a 5.ª edição da Academia de Líderes Ubuntu, que consiste “num projeto de capacitação de jovens com elevado potencial de liderança, provenientes de contextos de exclusão social ou com aptidão para aí trabalharem, com o objetivo de desenvolverem as suas capacidades pessoais, de modo a melhor poderem vir a intervir nesses contextos, desenvolvendo ou integrando projetos de inovação e empreendedorismo social ao serviço da comunidade.”

Organizado em cinco seminários, que abordam o exemplo de Nelson Mandela, a coragem cívica e a forma como podemos ultrapassar obstáculos, o projeto capacita os jovens e torna-os capazes de serem propulsores da sua comunidade.

O seu sucesso justificou a sua disseminação por Cabo Verde, Guiné e Moçambique, alastrando como metodologia com impacto na vida e na auto-estima dos jovens abrangidos.



2.3.5 EMPREGABILIDADE



Pese embora o problema social complexo do desemprego tenha beneficiado em 2017 de um desagravamento, a Fundação Montepio manteve o seu apoio ao projeto GEPE (Grupos de Entreajuda para a Procura de Emprego) que se redirecionou para o público do desemprego de longa duração e do desemprego jovem.



2.3.6 ENVELHECIMENTO



A Fundação Montepio não elegeu a área do envelhecimento como um tema prioritário para a intervenção do FACES. No entanto, desenvolveu algumas ações neste campo, quer através do apoio técnico e formativo prestado às instituições, no que se refere ao enquadramento jurídico da atividade gerontológica, quer na manutenção da parceria com a Associação Mais Proximidade Melhor Vida.



A Associação Mais Proximidade Melhor Vida tem como objetivo atenuar a solidão e o isolamento da população idosa residente na Baixa de Lisboa e Mouraria e, de um modo geral, contribuir para a valorização da pessoa idosa, numa sociedade mais fraterna e inclusiva.

Existe, como projeto, desde 2010, tendo-se autonomizado como associação em 2014 e tendo obtido, mais recentemente, o estatuto de utilidade pública.

Atualmente, apoia 128 pessoas idosas, dedicando-se igualmente ao desenvolvimento de projetos culturais, ações e campanhas de sensibilização para questões como a dos Direitos da Pessoa Idosa.

Distingue-se pela filosofia do *ageing in place*, com respeito pela autonomia e vontade dos seus beneficiários, pelo trabalho em rede e pela metodologia de intervenção, que é a do acompanhamento de proximidade, adaptado às necessidades, aos interesses e às potencialidades individuais de cada beneficiário.

No decurso da sua ação procura partilhar boas práticas junto de outras instituições e profissionais no terreno, através, por exemplo, do seu Programa de Formação de Voluntários e dinamização de outros eventos formativos.

Este ano foi particularmente preenchido com ações relevantes, das quais destacamos quatro:

- Integrado no Dia do Voluntariado Corporativo do Grupo Montepio, foram intervencionadas 3 habitações de idosas beneficiárias da AMPMV. As referidas habitações sofreram reparações ao nível das pinturas, limpezas e organização de roupeiros e armários. Estiveram envolvidos 12 voluntários do Montepio.
- O 3.º Aniversário AMPMV decorreu na Sala Bernardo Sasseti (Teatro Municipal São Luiz), tendo reunido um conjunto de mais de 112 pessoas, entre beneficiários, voluntários, associados e parceiros AMPMV, numa tarde de reflexão e celebração, contando com a participação do Grupo de Teatro Lupa e do projeto intergeracional Chaitô, “Estamx Todx Aqui”. A AMPMV contou com o apoio de 6 voluntários Montepio no transporte e acompanhamento de beneficiários.
- De forma a assinalar a quadra natalícia, os beneficiários, voluntários, associados e alguns parceiros AMPMV reuniram-se na Festa de Natal AMPMV que teve lugar no Salão Nobre do Palácio da Independência, disponibilizado pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal. O programa foi composto pela atuação do Quinteto de Metais da Banda Sinfónica da Guarda Nacional Republicana e pela leitura de um conto por parte de Elsa Serra, do projeto parceiro Na Rua Com Histórias. Estiveram presentes 8 voluntários do Montepio.
- Mantendo a sua política de receitas e angariação de fundos, em 2017, a AMPMV manteve a aposta na criação de receitas próprias, através da formalização de parcerias para o desenvolvimento de produtos, como a linha de postais “Lisboa à Janela” e a publicação “Conversas à Mesa”. No lançamento do livro “Conversas à Mesa”, que ocorreu na Cervejaria Portugal, na Almirante Reis, estiveram presentes 7 voluntários do Montepio.

2.3.7 INCLUSÃO SOCIAL



À semelhança do que se verificou nos últimos anos a Fundação Montepio manteve o seu financiamento ao Observatório de Luta Contra a Pobreza de Lisboa, estrutura criada pela **EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza, Associação**.

Este Observatório tem como objetivo contribuir para o conhecimento da realidade socioeconómica que permita a tomada de decisões estratégicas e a adoção de medidas concretas destinadas à inserção de pessoas



socialmente desfavorecidas e de estimular e promover projetos que visem o reforço de dinâmicas de desenvolvimento local e de trabalho de rede.

Com o apoio da Fundação Montepio tem sido possível a publicação regular de vários estudos e a realização de diversos eventos apresentados no respetivo *site* e que tangibilizam e refletem a realidade da pobreza na capital do país.

Ainda no âmbito da Inclusão Social, salientamos o trabalho desenvolvido pelo **Espaço T – Associação para a Integração Social Comunitária**, cujas incursões no domínio da inclusão pela arte e aproximação a culturas diferentes tem vindo a constituir uma referência no Porto e no país.

A Fundação Montepio integra, a partir de 2017, o seu Conselho de Curadores, de forma a monitorizar o financiamento que anualmente concede, no valor de 10.000,00 euros.

2.3.8 INFÂNCIA E JUVENTUDE



Apesar das tentativas de promover uma intervenção preventiva da pobreza infantil, em territórios do interior do país, a Fundação Montepio não recebeu propostas de qualidade, tendo decidido manter o apoio a dois projetos com provas dadas:

- Projeto **“Bolsas de Estudo CCC”**, criado em 2013, pela Associação Corações com Coroa e apoiado pela Fundação desde o seu início, com o objetivo de prestar apoio psicossocial e económico a jovens raparigas estudantes, com idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos, em situação de carência económica e social, uma das quais proveniente da comunidade cigana.
- Projeto **“Roda Viva”**, que decorre de uma parceria de 3 anos com a Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura (ASSACM), que visa combater a pobreza, promovendo a igualdade e o desenvolvimento social das crianças mais desfavorecidas.

A ASSACM atua em prol da comunidade do Bairro, nomeadamente famílias/indivíduos/jovens/crianças, com baixos rendimentos, baixa escolaridade, precariedade laboral e com dificuldades ao nível da integração social e insere-se num Bairro onde, de acordo com os Censos de 2011, cerca de 14,6% da população residente, são crianças com idades entre os 0 e os 9 anos, (258 crianças com idades dos 0 aos 4 e 217 com idades dos 5 aos 9 anos).

Com este projeto procurou-se intervir ao nível de variáveis que implicaram o desenvolvimento local, agindo sobre questões de uma pobreza multidimensional, onde é importante garantir a duração e a continuidade do projeto. Com este apoio fundamental as crianças do bairro estarão mais resistentes ao flagelo do insucesso e do abandono escolar.

2.3.9 SAÚDE



No domínio da saúde, a Fundação Montepio manteve o apoio ao projeto “Promover o Desenvolvimento Infantil”, iniciativa da Fundação Bom Sucesso, que pretende colmatar os problemas de crianças que são retiradas do ambiente familiar e acolhidas temporariamente em instituições.

São evidentes os impactos positivos na saúde e vida das crianças abrangidas na rede de apoio, nomeadamente:

1. Colmatar a lacuna existente em termos de vigilância de saúde das crianças que sofrem acontecimentos adversos na infância, sendo retiradas do ambiente familiar e acolhidas temporariamente em instituições;
2. Detetar precocemente atrasos de desenvolvimento e alterações, visando a intervenção precoce e a reparação;
3. Tratar e aplicar de imediato os programas terapêuticos necessários, fortalecendo a sua saúde e resiliência;
4. Proporcionar ações de educação/formação para a saúde aos cuidadores destas crianças.

Em 2017, estiveram em vigilância de saúde 34 crianças/jovens em acolhimento institucional nas Casas acima referidas, com idades compreendidas entre os 3 e os 18 anos, que realizaram um total de 270 consultas.

É de referir que este projeto se destina às crianças mais vulneráveis e são selecionadas pelas entidades parceiras:

Crescer Ser – Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família (Casa da Ameixoeira)
 Fundação Gil (Casa do Gil)
 Fundação O Século (Casa do Mar)
 Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor (Casa Maria Droste)

O financiamento da Fundação Montepio, no valor de 10.000 euros, foi essencial para a prestação de cuidados de saúde a estas crianças/jovens, que de outra forma não teriam tido acesso a esses cuidados, suportando cerca de 74,1% dos custos da FNSBS junto destas crianças/jovens.

ENTIDADES /PROJETOS APOIADOS POR ÁREA DE INTERVENÇÃO NO CONTEXTO DO OBJETIVO 3 DA LOE I

ÁREA DE INTERVENÇÃO	ENTIDADE	PROJETO	VALOR (em euros)
Capacitação	Liga dos Bombeiros Portugueses	Financiamento de 10 bolsas de estudo	12.000,00
	Associação Novamente	Apoio ao processo de capacitação de dirigentes e funcionários	10.000,00
	Confederação das Coletividades de Cultura e Recreio	Apoio a diversos projetos formativos na área do associativismo	8.721,00

2.3.10 OBJETIVO 3 – CAPACITAÇÃO



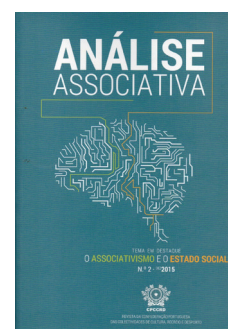
Ainda no contexto da LOE I, mas relativamente ao seu terceiro objetivo, foram apoiados três projetos que visam o desenvolvimento de competências dos atores sociais mais relevantes.

No que se refere à Liga dos Bombeiros Portugueses, a Fundação financiou 10 bolsas de estudo para os soldados da paz, de modo a contribuir para a sua valorização científica e social. Este apoio tem assegurado uma gradual mas eficaz formação dos bombeiros numa dimensão teórica e complementar, fundamental para o exercício correto das suas funções.

Na mesma linha de apoio ao desenvolvimento das entidades de economia social e na valorização associativa, a Fundação apoiou a Associação Novamente, de modo a que esta pudesse realizar um processo de reestruturação, envolvendo um diagnóstico interno e externo e um plano de *fundraising* que garantam a sua futura sustentabilidade.

Ainda inserida neste objetivo, a Fundação honrou a parceria mantida com a Confederação das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, apoiando a publicação da sua revista Análise Associativa cujo tema foram os jogos tradicionais.

O trabalho realizado por esta grande entidade da economia social portuguesa tem merecido um olhar atento por parte da Fundação, como sinal do reconhecimento do trabalho realizado por milhares de coletividades.



Para além destas iniciativas financiadas pela Fundação, merecem referência outras incursões no domínio da capacitação. Pese embora tenham sido financiadas pela Associação Mutualista, através do centro de custos do Gabinete de Responsabilidade Social, as mesmas decorrem das relações de cooperação estabelecidas pela Fundação e são uma emanção e um complemento de outros apoios concedidos às instituições numa lógica holística e integral de formação.

Falamos em concreto:

- Do programa Mais que, em 2017, disponibilizou formação na área da gestão às entidades sediadas no distrito de Évora;
- Do programa *Comunicatorium*, que apoiou quatro entidades dos distritos de Lisboa e Porto no domínio da construção de políticas de comunicação;
- Do programa Criar Es- Valor, que capacitou 8 instituições dos distritos de Braga e Viana do Castelo em matéria de sustentabilidade;
- Do programa de certificação da qualidade, que permitiu a certificação da Comunidade Vida e Paz;

- Do Programa de Dinamização Associativa, que apoiou a Associação Banco do Bebê a reestruturar-se e a mobilizar os seus associados;
- Do programa Impacto Social, que realizou o *coaching* em avaliação de impacto a 10 associações e sensibilizou mais de 40 para o tema, através dos *webinars* realizados.

Como o gráfico seguinte ilustra, trata-se de uma política integrada para a capacitação que cobre as lacunas da intervenção pública e responde aos novos desafios que se colocam à economia social.

PROJETOS DE CAPACITAÇÃO ACOMPANHADOS PELA FUNDAÇÃO E PAGOS PELA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA



2.4 ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DA LOE II – APOIAR A DINAMIZAÇÃO DA CIDADANIA ATIVA E DA INOVAÇÃO SOCIAL

LOE	OBJETIVO GERAL	ÁREA DE INTERVENÇÃO	Nº DE PROJETOS	VALOR (em euros)
II - Apoiar a Dinamização da Cidadania Ativa	2. Sensibilizar a comunidade em geral para os domínios do mutualismo, cidadania, voluntariado, ambiente e educação financeira	Envelhecimento	2	10.000,00
		Voluntariado Jovem	1	12.500,00
		Total	3	22.500,00
	3. Sensibilizar a comunidade em geral para os domínios do mutualismo, voluntariado e educação financeira e cidadania	Voluntariado	1	2.500,00
		Total	1	2.500,00
TOTAL			4	22.500,00

ENTIDADES /PROJETOS APOIADOS POR ÁREA DE INTERVENÇÃO NO CONTEXTO DO OBJETIVO 2 DA LOE II



ÁREA DE INTERVENÇÃO	ENTIDADE	VALOR (em euros)
Envelhecimento	Associação Portuguesa de Psicogerontologia	7.500,00
	Basílio da Rocha Martins Júnior (Prémio Fundação Montepio Universidade de Aveiro)	2.500,00
Voluntariado Jovem	Prémio Voluntariado Jovem	12.500,00

Através da LOE II, a Fundação atua como promotora de uma mudança de atitudes, chamando a atenção para as necessidades sociais emergentes e também para tendências e práticas relevantes.

Reconhecendo que o envelhecimento em Portugal constitui um dos mais desafiantes problemas sociais complexos e que é importante desmistificar uma ideia negativa da velhice, realçando as competências, saberes e contributos que os mais velhos dão às comunidades onde vivem, a Fundação associou-se à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, para apoiarem a iniciativa da Associação de Psicogerontologia – o Prémio Envelhecimento Ativo, Dra. Maria Raquel Ribeiro.

Em 2017, realizou-se a 6.^a edição, cuja cerimónia ocorreu em novembro, na Quinta Alegre, Palácio do Marquês do Alegrete, espaço da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e homenageou 5 ilustres personalidades da sociedade portuguesa com mais de 80 anos - Arlindo de Azevedo Maria (Intervenção Social), António Marcos Galopim de Carvalho (Ciência e Investigação), António Coimbra de Matos (Ética e Saúde), Fernando Magalhães Crespo (Família e Comunidade) e José Belo Subtil (Família e Comunidade).



Com o mesmo objetivo e de modo a demonstrar que é sempre tempo de aprender e desenvolver apetências e competências, a Fundação distinguiu o aluno mais idoso da Universidade de Aveiro com um prémio simbólico de 2.500,00 euros, em cerimónia que contou com a presença de Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

ENTIDADES /PROJETOS APOIADOS POR ÁREA DE INTERVENÇÃO NO CONTEXTO DO OBJETIVO 3 DA LOE II



ÁREA DE INTERVENÇÃO	ENTIDADE	VALOR (em euros)
Voluntariado	Associação para o Ensino Bento Jesus Caraça	2.500,00

A Associação para o Ensino Bento Jesus Caraça atua no âmbito do ensino técnico profissional e da promoção da inserção no meio laboral, com jovens entre os 16 e os 22 anos de idade.

Em 2017, completou-se o 6.º e último ano do Protocolo assinado com a Associação para o Ensino Bento Jesus Caraça, que permite retirar um conjunto de ilações positivas sobre os resultados obtidos pelos alunos abrangidos pelo apoio da Fundação Montepio.

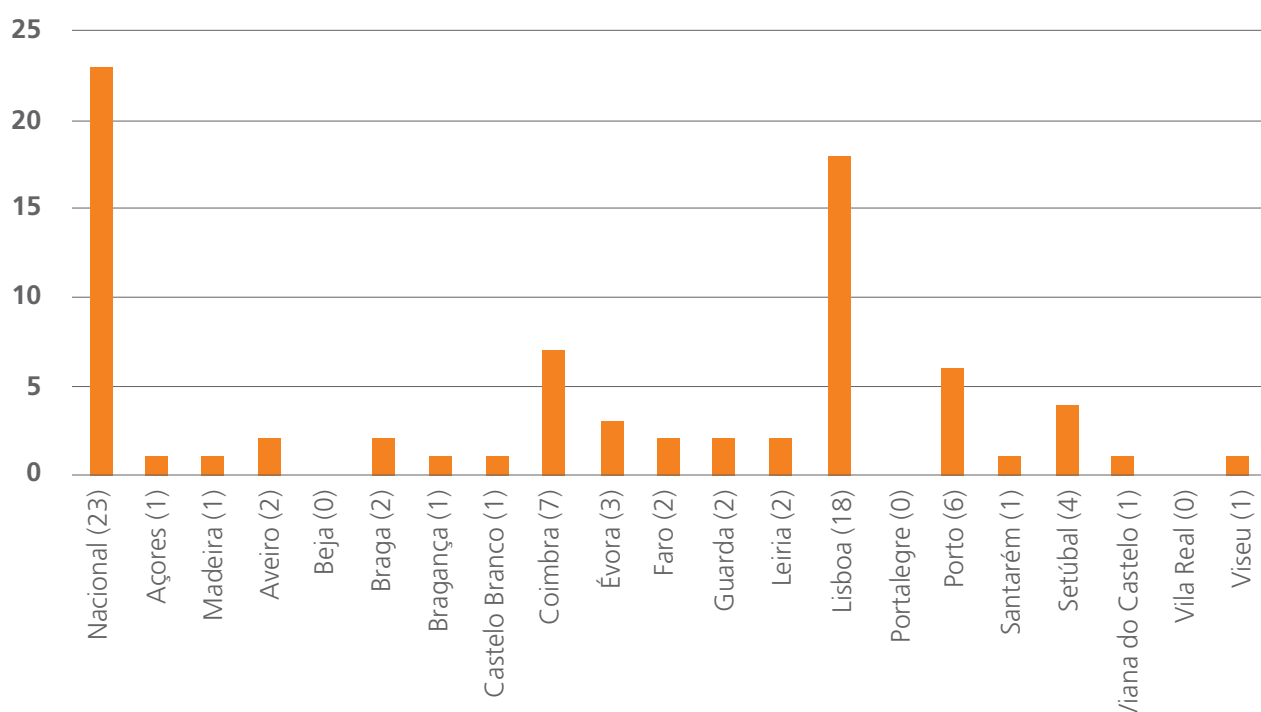
Além dos projetos desenvolvidos, com base nos desafios lançados aos alunos dos polos do Barreiro, Lisboa e Seixal, pelo Gabinete de Responsabilidade Social do Montepio, o acompanhamento dos alunos finalistas nas atividades desenvolvidas pelo GRACE e pela Confederação Portuguesa de Voluntariado, onde o Montepio tem presença efetiva ao nível da Presidência e da Direção destas Organizações, em termos de ‘trabalho de campo’, permite contabilizar um elevado número de horas curriculares, proporcionando a estes alunos contacto direto com o mercado empresarial, tendo excedido, até à presente data, as expetativas das entidades envolvidas, bem como da própria Escola e alunos.

A Escola Profissional Bento Jesus Caraça sempre teve na Fundação Montepio um parceiro que procurou interagir com a própria Escola na partilha de recursos e instalações, bem como pelo acolhimento dos seus alunos em estágios em entidades com as quais a Fundação se relaciona institucionalmente.

2.5 ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DA LOE III – – CONSOLIDAR A INTERVENÇÃO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO COM PARCEIROS LOCAIS

Das instituições apoiadas pela Fundação Montepio em 2017, num total de 78 (incluem as instituições apoiadas no âmbito do orçamento anual disponibilizado pelo MGAM e da Consignação Fiscal, bem como do projeto Cartão +Vida), verifica-se que houve três distritos apenas (Beja, Portalegre e Vila Real) não abrangidos pelo apoio financeiro da Fundação.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS APOIOS CONCEDIDOS EM 2017



Apesar de termos procurado divulgar o FACES por todo o território e termos estabelecido ligação com estruturas regionais e locais, como as UDIPSS, através dos projetos de capacitação, alguns dos distritos do interior revelam uma grande inércia e uma dificuldade acrescida na construção de candidaturas sustentáveis e inovadoras.

Esta dificuldade é transversal e sentida por todos os investidores sociais que atuam em Portugal e só com um profundo investimento em formação e uma alteração geracional do atual voluntariado dirigente poderá ser ultrapassada.

O combate às desigualdades também pressupõe a capacidade das organizações atualizarem os seus procedimentos, avaliarem as suas práticas e terem a humildade de envolverem os destinatários no desenho e na gestão das soluções.

Por isso a Fundação tem apoiado a Associação Mutualista no domínio da capacitação já atrás referida, garantindo que participam organizações sediadas fora dos grandes centros.

Este desígnio deve ser reforçado nos anos vindouros, por forma a garantir a todos os clientes da economia social o direito a beneficiarem de respostas sociais adequadas, profissionais e sustentáveis.

No contexto da LOE III menciona-se, pela sua relevância simbólica, a relação estabelecida, no final de 2017, com a Folganatur, associação de desenvolvimento comunitário, criada em Folgozinho, destinada a reflorestar a zona dinamizada pelos fogos de outubro, que financiou a sua criação e desenvolvimento.



Graças ao apoio da Fundação e do resto do Grupo Montepio, foi possível iniciar um processo de reflorestação, reconciliação com o território e estabelecimento de uma rede colaborativa em torno da aldeia e da sua população.

2.6 ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DA LOE 4 – – REFORÇAR O PAPEL DA FUNDAÇÃO COMO PROTAGONISTA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EXTERNA DO GRUPO MONTEPIO



Ao garantir a representação do Grupo em diversas entidades nacionais e internacionais nos domínios da responsabilidade social, voluntariado e economia social, a Fundação Montepio consolida a sua imagem e presença externa na sociedade portuguesa.

A relação mantida com outras estruturas de referência permite rentabilizar saberes e recursos, criando uma rede convergente de investidores em torno de temas fundamentais para Portugal.

PROJETOS APOIADOS POR ÁREA DE INTERVENÇÃO NO CONTEXTO DA LOE IV

ÁREA DE INTERVENÇÃO	ENTIDADE	VALOR (em euros)
Cidadania	GRACE - Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial	11.000,00
	CPF - Centro Português de Fundações	3.500,00
Comunidade	ECO - Associação de Empresas contra os Fogos	10,00
Voluntariado	Confederação Portuguesa de Voluntariado	15.120,00

2.6.1 Em 2017, a Fundação terminou um mandato de três anos enquanto presidente da Direção do GRACE e um ciclo de sete anos enquanto membro dos órgãos sociais (dois anos como vice-presidente e cinco como presidente).

O balanço feito denota um trabalho intenso e muito profícuo que permitiu ao GRACE assumir-se como a maior associação de empresas no domínio da responsabilidade social, aumentando significativamente o número de associados, que atingiu 160 associados.



grace

O número de eventos realizados, as conferências e formações disponibilizadas aos associados e o trabalho desenvolvido com o setor público e com a economia social permitiram a consolidação de um lugar incontornável no panorama nacional e europeu.

Apesar da possibilidade de continuar na presidência, considerou-se preferível promover uma mudança de titulares dos órgãos sociais para refrescamento organizacional e de modo a dar oportunidade a outros associados de se envolverem mais profundamente na vida associativa.

A Fundação Montepio despediu-se dessas funções convidando os demais membros associativos para um almoço de despedida.

Nesse contexto, foi enaltecida a experiência enriquecedora de aprender com outras organizações, a colaboração recebida por parte dos outros membros e o Presidente do Conselho de Administração teve oportunidade de expressar os votos das maiores felicidades para a nova empresa que assumirá a condução dos destinos do GRACE, a Sociedade de Advogados Vieira de Almeida e Associados.

2.6.2 A Fundação continuou a assegurar a continuidade das relações com o **CPF - Centro Português de Fundações**, tendo participado nas Assembleias Gerais e nas reuniões de trabalho (grupo de afinidade “Desenvolvimento Comunitário, Solidariedade e Inclusão Sociais”) que permitiram definir um conjunto de ações a desenvolver pelo CPF, nomeadamente a criação de um inventário das Fundações associadas, a criação de uma agenda concreta para melhorar a representatividade do CPF no relacionamento institucional com a Segurança Social e o desenvolvimento de um plano de informação às fundações sobre os diversos financiamentos disponíveis.

No âmbito desta relação, foi ainda possível participar em alguns programas de formação e no XV Encontro Nacional de Fundações, dedicado ao tema “O Espaço da Filantropia e os Espaços das Fundações,” que permitiu conhecer o trabalho de fundações internacionais que desenvolvem a sua atividade na Europa Continental, Reino Unido, Estados Unidos da América e Espanha/América Latina.

2.6.3 Ainda neste âmbito, a Fundação subscreveu o Protocolo com o Movimento ECO, disponibilizando gratuitamente os suportes de comunicação internos e externos do Montepio, para a divulgação da campanha de sensibilização ao combate aos incêndios florestais.

Em 2017, foi dada continuidade ao trabalho desenvolvido pela **Associação “Movimento ECO – Empresas Contra os Fogos”**, com o objetivo de coordenar os processos de colaboração do mundo empresarial com os diversos organismos sob tutela do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Agricultura e do Mar, nos processos de prevenção e combate aos incêndios florestais, movimento no qual têm participado as empresas que sentem o apelo da cidadania e da responsabilidade social.

2.6.4 A Fundação Montepio integra a Direção da Confederação Portuguesa do Voluntariado, entidade que congrega as mais representativas organizações da sociedade civil, promotoras do voluntariado.

O ano de 2017 foi o culminar de um mandato com múltiplas realizações, das quais ressaltam a participação na preparação do 3.º Laboratório de Voluntariado, em conjunto com o GRACE, do Encontro Intraconfederativo da Confederação Portuguesa de Voluntariado, do II Congresso da Confederação Portuguesa de Voluntariado e a qualidade de Júri do Prémio +Voluntariado, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa.



3. CONCLUSÃO

A elaboração de cada Relatório constitui um exercício de avaliação simultaneamente individual e de equipa e um olhar escrutinador sobre o trabalho realizado durante um ano, bem como sobre as metas que não foram possíveis atingir.

O ano de 2017 permitiu alcançar o desígnio de uma mudança profunda do paradigma de concessão de apoios financeiros, mas ficaram por realizar outras vertentes igualmente importantes, como a avaliação de impacto da Frota Solidária, a identificação de territórios vulneráveis, o apoio à investigação social e uma maior articulação com a Associação Mutualista e com a Caixa Económica.

O orçamento disponível e a dimensão da equipa não permitiram cumprir toda a nossa ambição, mas sabemos que a Fundação contribui de forma inequívoca e valiosa para a imagem e realidade do Montepio, enquanto grupo líder no domínio da responsabilidade social.

Ao longo do ano, a Fundação esteve presente em mais de 60 eventos e apresentou comunicações em mais de 30, partilhando experiências, dando formação ou integrando júris de avaliação e projetos.

A nossa participação e presença na segunda edição do Portugal Economia Social foi bem o sinal de que Portugal conta com a Fundação Montepio e esta existe para desenvolver redes colaborativas e servir o país.



4. ANÁLISE FINANCEIRA

4.1 BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2017, o Ativo da Fundação Montepio ascendia a 1 418.369 euros, distribuídos da seguinte forma:

- Investimentos Financeiros: 536.736 euros;
- Depósitos Bancários: 881.633 euros;

Relativamente a 2016, a rubrica de Investimentos Financeiros aumentou 48.423 euros, resultado da participação da Fundação Montepio Geral no capital da empresa SAS Apostas On-Line, no montante de 75.000 euros, e pela redução do investimento em Títulos, no valor de 26.577 euros.

O Passivo é composto pela rubrica Outras Contas a Pagar no valor de 173.407 euros e diz respeito, maioritariamente, a compromissos com várias Instituições no âmbito da concessão de donativos e prémios assumidos no orçamento do ano, mas que ainda aguardam emissão de recibo, pelo que só serão efetivamente pagos no decurso do exercício seguinte. Também inclui o valor a pagar à KPMG, no montante de 6.150 euros, pelos serviços de auditoria prestados durante o ano de 2017. Esta rubrica diminuiu 77.816 euros face a 2016.

4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Na Demonstração de Resultados, a rubrica de Subsídios, Doações e Legados à Exploração manteve o mesmo valor de 2016 – 1 000.000 euros, com origem na Associação Mutualista Montepio Geral.

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos também não teve variação no ano. O valor de 6.175 euros corresponde aos gastos com a Auditoria Externa e despesas com guarda de títulos.

A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos inclui os Donativos recebidos pela Fundação, sendo que, em 2017, houve um aumento de 100.221 euros. Este aumento deve-se, por um lado, aos valores angariados para as vítimas dos incêndios de Pedrógão e, por outro, à diminuição dos donativos recebidos via consignação fiscal.

A rubrica de Donativos recebidos decompõe-se da seguinte forma:

RUBRICA	2017	2016	VARIAÇÃO
DONATIVO-CONSIGNAÇÃO FISCAL	229.035€	342.765€	-113.730€
DONATIVOS – CARTÃO +VIDA	23.032€	24.503€	-1.471€
OUTROS DONATIVOS			
• SAS Apostas On-Line	12.000€	-	12.000€
• KPMG	6.150€	6.160€	-10€
• Angariação Incêndio Pedrógão	203.626€	-	203.626€
TOTAL	473.843€	373.428€	100.415€

A Consignação Fiscal recebida da Autoridade Tributária respeita a 0,5% da Coleta do IRS liquidado aos Sujeitos Passivos e a 15% do IVA suportado, tendo sido aplicada, por opção estratégica do Conselho de Administração, no Projeto Frota Solidária. A variação do ano foi negativa, em 113.730 euros.

A Dotação recebida da CEMG é relativa a comissões provenientes da comercialização do cartão de crédito, tendo diminuído 1 471 euros, face ao ano anterior.

Relativamente aos Outros Donativos, verificou-se um acréscimo de 215.616 euros, dos quais 203.626 euros referem-se ao valor angariado para as vítimas dos incêndios de Pedrógão.

O valor de 203.626 euros é proveniente das seguintes entidades:

RUBRICA	VARIAÇÃO
Associação Mutualista Montepio Geral	100.000,00€
Caixa Económica Montepio Geral	100.000,00€
Outros Doadores	203.626,00€

A rubrica de Outros Gastos e Perdas atingiu o montante de 1 461.992 euros, mais 193.938 euros do que em 2016.

A rubrica de Outros Gastos e Perdas decompõe-se da seguinte forma:

RUBRICA	2017	2016	VARIAÇÃO
PROJETO FROTA SOLIDÁRIA	546.936€	467.490€	79.446€
CARTÃO +VIDA	23.412€	25.115€	-1.703€
DONATIVOS DIVERSOS			
• Angariação Incêndio Pedrógão	203.626€	-	203.626€
• Donativo da FMG Incêndio Pedrógão	50.000€	-	50.000€
• Outros Donativos	632.240€	748.816€	-116.576€
QUOTIZAÇÕES	3.630€	25.820€	-22.190€
OUTROS GASTOS	2.148€	813€	1.335€
TOTAL	1 461.992€	1 268.054€	193.938€

A rubrica de Donativos concedidos no âmbito do Projeto Frota Solidária teve um aumento de 79.446 euros, face a 2016.

A rubrica dos Donativos Cartão +Vida teve um pequeno decréscimo, de 1.703 euros, comparativamente com 2016.

A Fundação Montepio Geral atribuiu um donativo de 50.000 euros às vítimas dos incêndios de Pedrógão. Este valor, juntamente com o montante de 203.626 euros angariado de outras entidades, foi integralmente transferido para o Fundo REVITA, criado pelo governo e afeto a habitações destruídas, de acordo com os relatórios de execução enviados à Fundação Montepio.

Os Outros Donativos pagos tiveram um decréscimo de 116.576 euros.

As quotizações tiveram um decréscimo de 22.190 euros e os outros gastos aumentaram 1.335 euros, face a 2016.

A rubrica de *Aumentos/reduções de justo valor* aumentou 19.993 euros, face a 2016, e refletem a variação anual dos investimentos financeiros da Fundação.

A rubrica de *Juros e rendimentos similares obtidos* e a rubrica de *Juros e gastos similares pagos* aumentaram, face a 2016, traduzindo um ganho financeiro de 415 euros.

A atividade da Fundação gerou no exercício um resultado líquido positivo de 25.581 euros, tendo diminuído em 73.309 euros, face ao verificado no ano anterior.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS:

Dando cumprimento ao disposto na alínea c) do Artigo 12.º dos Estatutos da Fundação Montepio Geral, o Conselho de Administração propõe ao Conselho Geral a seguinte aplicação de resultados:

a) Que o resultado positivo do período, no montante de 25.581 euros, seja transferido para Reservas Livres.

António Tomás Correia

Carlos Morais Beato

Fernando Ribeiro Mendes

Virgílio Boavista Lima

Miguel Teixeira Coelho

Lisboa, 19 de março de 2018



WWW.FUNDACAOMONTEPIO.PT

Fundação Montepio Geral

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2017

*4 de Abril de 2018
Este relatório contém 18 páginas*

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Fundação Montepio Geral

Balanço em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em euros)

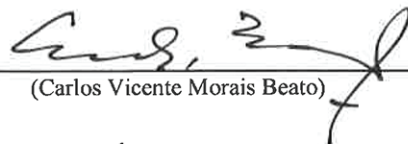
	Notas	2017	2016
Activo			
Activo não corrente			
Investimentos financeiros	4	536.736	488.313
Activo corrente			
Caixa e depósitos bancários	5	881.633	982.291
Total do Activo		1.418.369	1.470.604
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	6	498.798	498.798
Reservas e Resultados transitados	7	720.583	621.693
Resultado líquido do período		25.581	98.890
Total dos Fundos Patrimoniais		1.244.962	1.219.381
Passivo			
Outras dívidas a pagar	8	173.407	251.223
Total do Passivo		173.407	251.223
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		1.418.369	1.470.604

O CONTABILISTA CERTIFICADO


(Nuno Miguel Borges Santos)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


(António Tomás Correia - Presidente)


(Carlos Vicente Morais Beato)


(Fernando Ribeiro Mendes)


(Virgílio Manuel Boavista Lima)


(Miguel Alexandre Teixeira Coelho)

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Fundação Montepio Geral

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em euros)

	Notas	2017	2016
Rendimentos e gastos			
Subsídios, doações e legados à exploração	9	1.000.000	1.000.000
Fornecimentos e serviços externos	10	(6.175)	(6.175)
Outros rendimentos	11	473.844	373.623
Outros gastos	12	(1.461.992)	(1.268.054)
Aumentos/reduções de justo valor	13	14.441	(5.552)
		<u>20.118</u>	<u>93.842</u>
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-	-
		<u>20.118</u>	<u>93.842</u>
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			
Juros e rendimentos similares obtidos	14	5.491	5.064
Juros e encargos similares suportados	15	(28)	(16)
		<u>25.581</u>	<u>98.890</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO


(Nuno Miguel Borges Santos)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


(António Tomás Correia - Presidente)


(Carlos Vicente Morais Beato)


(Fernando Ribeiro Mendes)


(Virgílio Manuel Boavista Lima)


(Miguel Alexandre Teixeira Coelho)

Fundação Montepio Geral

Demonstração das alterações nos Fundos patrimoniais
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em euros)

Descrição	Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe			
	Fundos	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos patrimoniais
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	498.798	558.044	63.649	1.120.491
Resultado líquido do período	-	-	98.890	98.890
Resultado integral	-	-	98.890	98.890
Aplicação de resultados	-	63.649	(63.649)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	498.798	621.693	98.890	1.219.381
Resultado líquido do período	-	-	25.581	25.581
Resultado integral	-	-	25.581	25.581
Aplicação de resultados	-	98.890	(98.890)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	498.798	720.583	25.581	1.244.962

O CONTABILISTA CERTIFICADO


(Nuno Miguel Borges Santos)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


(António Tomás Correia - Presidente)


(Carlos Vicente Morais Beato)


(Fernando Ribeiro Mendes)


(Virgílio Manuel Boavista Lima)


(Miguel Alexandre Teixeira Coelho)

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Fundação Montepio Geral

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

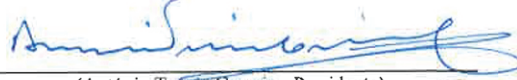
(Valores expressos em euros)

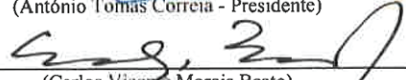
	2017	2016
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Pagamento de apoios	(1.539.160)	(1.306.222)
Pagamento a fornecedores	(6.175)	(6.175)
Caixa gerada pela operações	(1.545.335)	(1.312.397)
Outros recebimentos/pagamentos	(676)	(1.570)
Fluxo de Caixa das actividades operacionais	(676)	(1.570)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos Financeiros	(33.982)	(44.979)
Recebimentos provenientes de :		
Juros e rendimentos similares	5.474	5.064
Dividendos	17	81
Fluxo de Caixa das actividades de investimento	(28.491)	(39.834)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de :		
Doações	1.473.844	1.423.428
Pagamentos respeitantes a:		
Fundo de Garantia de Microcrédito	-	(17)
Fluxo de Caixa das actividades de financiamento	1.473.844	1.423.411
Variação líquida de caixa e equivalentes	(100.658)	69.610
Caixa e equivalentes no início do exercício	982.291	912.681
Caixa e equivalentes no fim do exercício	881.633	982.291

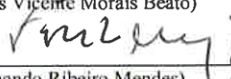
O CONTABILISTA CERTIFICADO



(Nuno Miguel Borges Santos)


O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


(António Tomás Correia - Presidente)


(Carlos Vicente Morais Beato)


(Fernando Ribeiro Mendes)


(Virgílio Manuel Boavista Lima)


(Miguel Alexandre Teixeira Coelho)

Fundação Montepio Geral

Notas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2017

1 Identificação da entidade

A Fundação Montepio Geral (adiante designada por “Fundação”), NIF 503 802 808, é uma instituição particular de solidariedade social e de utilidade pública, sem fins lucrativos, com sede na Rua do Ouro nº 219 a 241 em Lisboa, constituída a 4 de Outubro de 1995, por iniciativa do Montepio Geral Associação Mutualista com sede na Rua do Ouro nº 219 a 241 em Lisboa, que tem por vocação e objectivo geral dar expressão organizada ao dever moral e cívico de solidariedade, estabelecendo um contacto permanente com a comunidade envolvente e procurando conhecer a diversidade do sector da economia social, identificando boas práticas de intervenção social.

A Fundação gere os prémios Álvaro Machado, Alberto Conceição Jorge e D.Dinis.

2 Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Fundação Montepio Geral foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”) para Entidades do Sector Não Lucrativo (“ESNL”), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho veio alterar o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, e pelas Leis n.ºs 66-B/2012, de 31 de Dezembro, e 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Principal Decreto do Sistema de Normalização Contabilística) e cumprindo com a Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho.

A nova legislação é aplicável a todos os períodos que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016 e tem tratamento prospectivo. Contudo, existe a necessidade de divulgação no Anexo das quantias não comparáveis.

O ESNL é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (“BADF”), Modelos de Demonstrações Financeiras (“MDF”), Código de Contas (“CC”), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”).

As demonstrações financeiras para Entidades do Sector Não Lucrativo que incluem o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovados pelo Conselho de Administração, no dia 4 de Abril de 2018, são expressas em Euro, e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As notas omitidas neste anexo não são aplicáveis à Sociedade ou a sua apresentação não é relevante para a compreensão das demonstrações financeiras não sendo derogadas no presente exercício quaisquer disposições do SNC.



As principais políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2017 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2016.

Não foram feitas derrogações às disposições do ESNL.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos ao justo valor através de resultados.

As demonstrações financeiras de acordo com o ESNL requerem que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3.3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Participações financeiras

As participações financeiras que representem menos de 20% do capital social das participadas encontram-se registadas ao custo histórico, deduzidas de eventuais perdas de imparidade. Os rendimentos resultantes destas participações (dividendos), são reconhecidos na demonstração de resultados no momento em que são recebidos.

É feita uma avaliação das participações financeiras quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

b) Instrumentos financeiros

A Fundação reconhece activos financeiros, passivos financeiros ou instrumentos financeiros de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

A Fundação mensura os instrumentos financeiros ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo financeiro, desde que este seja mensurado ao custo menos perda por imparidade.

Imparidade

À data de cada período de relato financeiro, uma entidade deve avaliar todos os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a entidade deve reconhecer uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os activos financeiros que sejam individualmente significativos devem ser avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Outros activos financeiros devem ser avaliados quanto a imparidade, seja individualmente, seja agrupados com base em similares características de risco de crédito.

Se, num período subsequente, a quantia de perda por imparidade diminuir, a entidade deve reverter a imparidade anteriormente reconhecida. Da reversão não poderá resultar uma quantia escriturada do activo financeiro que exceda aquilo que seria o custo do referido activo, caso a perda por imparidade não tivesse sido anteriormente reconhecida. A entidade deve reconhecer a quantia da reversão na demonstração de resultados.

c) Fiscalidade

A Fundação é uma instituição particular de solidariedade social, a qual beneficia de isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), ao abrigo da alínea b) do número 1 do artigo 10.º do respectivo Código.

d) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

A Demonstração de Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Fundação classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

e) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no exercício a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

f) Gastos/rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

g) Acontecimentos após data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 4 de Abril de 2018, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data de balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

3.3. Principais estimativas e julgamentos

O ESNL requer que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Fundação e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Fundação é apresentada na nota 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Fundação, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Fundação e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo Conselho de Administração da Fundação situações que coloquem em causa a continuidade da Fundação.

3.5. Principais fontes de incerteza das estimativas

As principais fontes de incerteza das estimativas encontram-se detalhadas na nota 3.3.

4 Investimentos financeiros

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017	2016
	Euros	Euros
Participações financeiras	224.714	149.714
Aplicações financeiras	312.022	338.599
	<u>536.736</u>	<u>488.313</u>

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica aplicações financeira inclui títulos de rendimento fixo, nomeadamente obrigações de emissores públicos – nacionais, papel comercial e títulos de rendimento variável, nomeadamente unidades de participação que se encontram ao justo valor por contrapartida de resultados, conforme política contabilística descrita na nota 3.2 b).

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Aplicações financeiras é decomposta como segue:

	2017	2016
	Euros	Euros
Títulos de rendimento fixo		
Obrigações de emissores públicos		
Nacionais	139.517	113.625
Estrangeiros	95.647	80.129
Papel comercial	0	49.975
Títulos de rendimento variável		
Unidades de participação	76.858	94.870
	<u>312.022</u>	<u>338.599</u>

Em 31 de Dezembro de 2017, o saldo de títulos de rendimentos variável é composto por Unidades de Participação do Fundo MG Tesouraria.

A rubrica de Participações financeiras é analisada como segue:

	2017	2016
	Euros	Euros
<i>Participações financeiras:</i>		
Leacock Seguros	149.639	149.639
SAS Apostas Online, S.A.	75.000	-
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I., S.A.	75	75
	<u>224.714</u>	<u>149.714</u>

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a participação financeira detida pela Fundação na Leacock Seguros, S.A. no valor de 149.639 euros correspondente à participação de 19% do capital social da empresa. A participação financeira detida pela Fundação na Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I., S.A. no valor de 75 euros refere-se à detenção de 15 acções representativas de 0,00625% do capital social da Sociedade.

No dia 4 de Janeiro de 2017, a Fundação subscreveu 15% do capital da SAS Apostas Online, S.A., cujo objecto social consiste na exploração de jogos e apostas online, realização de sorteios promocionais e o exercício de actividades acessórias ou complementares das duas actividades anteriores.

5 Caixa e depósitos bancários

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais de investimento e de financiamento.

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016 os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se na sua maioria disponíveis para uso.

A rubrica de Caixa e depósitos bancários é constituída como segue:

	2017	2016
	Euros	Euros
Caixa e depósitos bancários:		
Depósitos bancários à ordem	813.565	964.230
Depósito Fundo de Garantia do Microcrédito - EAP	42.746	42.746
Depósito Fundo de Garantia do Microcrédito - Santa Casa da Misericórdia	28.175	28.175
Depósitos à Ordem	742.644	893.309
Depósitos bancários a prazo	68.068	18.061
	<u>881.633</u>	<u>982.291</u>

Em 2017 e 2016, os depósitos à ordem e a prazo encontram-se constituídos junto da Caixa Económica Montepio Geral, Caixa económica bancária, S.A. (“CEMG”).

A rubrica Depósito Fundo de Garantia do Microcrédito – EAP regista o depósito do Fundo criado no âmbito do protocolo celebrado entre a Fundação Montepio Geral, o Montepio Geral Associação Mutualista, a CEMG e a Rede Europeia Anti Pobreza (conforme nota 8).

A rubrica Depósito Fundo de Garantia do Microcrédito – Santa Casa da Misericórdia, inclui o Fundo criado no âmbito do Protocolo de Cooperação entre a Fundação Montepio Geral, o Montepio Geral Associação Mutualista, a Caixa Económica Montepio Geral e a Santa Casa da Misericórdia (conforme nota 8).

6 Fundos

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os Fundos da Fundação ascendem a 498.798 euros.

Os Fundos da Fundação são constituídos pela dotação inicial de capital realizada pelo Montepio Geral Associação Mutualista, em 4 de Outubro de 1995, no montante de 249.399 euros e por um reforço de igual montante efetuado também pelo Montepio Geral Associação Mutualista, em 30 de Dezembro de 1997, conforme Artigo 5º dos Estatutos.

7 Reservas e Resultados transitados

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Reservas inclui a aplicação de resultados do exercício anterior aprovados pelo Conselho Geral em 16 de Março de 2017 e 16 de Março de 2016, respectivamente.

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Reservas	503.095	404.205
Resultados transitados	217.488	217.488
	<u>720.583</u>	<u>621.693</u>

8 Outras dívidas a pagar

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Outros custos por pagar	25.650	111.864
Outros credores	70.921	70.921
Prémio D. Dinis	76.836	68.438
	<u>173.407</u>	<u>251.223</u>

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Outros custos por pagar diz respeito, maioritariamente, a compromissos com várias Instituições no âmbito da concessão de donativos e prémios a liquidar no decurso do exercício seguinte. Adicionalmente, refere-se aos custos a pagar pelos serviços de Auditoria Externa, que ascendem a 6.150 euros (com IVA incluído).

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de Outros credores corresponde aos Fundos de Garantia do Microcrédito, conforme nota 5. Estes fundos têm como objectivo único cobrir as situações de incumprimento no âmbito do microcrédito concedido pela CEMG ao abrigo dos protocolos referidos anteriormente, tendo sido constituídos com dotações da Fundação Montepio Geral, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e da Rede Europeia Anti-Pobreza, através de depósitos efectuados na CEMG, em nome da Fundação Montepio Geral.

A rubrica Prémio D. Dinis regista os valores a entregar a terceiros relativamente à gestão deste prémio efectuado pela Fundação.

9 Subsídios, doações e legados à exploração

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Doações:		
Montepio Geral Associação Mutualista	1.000.000	1.000.000
	<u>1.000.000</u>	<u>1.000.000</u>

10 Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Serviços especializados	6.150	6.150
Outros	25	25
	<u>6.175</u>	<u>6.175</u>

A rubrica de Serviços Especializados inclui valor relativo à auditoria anual.

11 Outros rendimentos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Outros rendimentos:		
Consignação de IRS e IVA suportado	229.035	342.765
Outros Donativos	221.760	6.161
Donativos - Cartão + Vida	23.032	24.503
Dividendos recebidos	17	81
Outros	0	113
	473.844	373.623

A rubrica Outros Donativos engloba o montante de 203.626 euros angariados no âmbito da campanha “Solidariedade com Pedrógão” e cujo montante foi posteriormente doado ao Fundo Revita, conforme descrito na nota 12.

12 Outros gastos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Donativos e prémios concedidos	1.456.214	1.241.421
Quotizações	3.630	25.820
Prémios Álvaro Machado	1.000	-
Prémios Alberto Jorge	500	500
Outros	648	313
	1.461.992	1.268.054

A rubrica Donativos e prémios concedidos inclui o montante de 546.936 euros (2016: Euros 467.490) referente a donativos no âmbito do projecto “Frota Solidária” e inclui o saldo de donativos recolhidos. Adicionalmente, em 2017, a rubrica regista ainda o montante global de 253.626 euros atribuído ao Fundo Revita no âmbito da campanha “Solidariedade com Pedrógão” no qual a Fundação participou com 50.000 euros e o restante montante foi angariado junto de terceiros conforme descrito na nota 11.

13 Aumentos/reduções de justo valor

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Aumentos/reduções de justo valor	14.441	(5.552)
	<u>14.441</u>	<u>(5.552)</u>

A rubrica respeita às variações de valor da carteira de Investimentos Financeiros.

14 Juros e rendimentos similares obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de depósitos a prazo	165	179
Juros de activos financeiros detidos	4.691	3.936
Juros de papel comercial	635	949
	<u>5.491</u>	<u>5.064</u>

15 Juros e encargos similares suportados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Juros e encargos similares pagos		
Juros e encargos similares pagos	28	16
	<u>28</u>	<u>16</u>

16 Transacções com partes relacionadas

O conjunto de partes relacionadas da Fundação Montepio Geral é apresentado como segue:

Conselho de Administração*:

António Tomás Correia
Carlos Morais Beato
Fernando Ribeiro Mendes
Virgílio Lima
Miguel Teixeira Coelho

Conselho Fiscal*

Manuel Rui dos Santos Caseirão
António Mendes de Almeida
Isabel Cidrais Guimarães

Conselho de Curadores

Vitor José Melícias Lopes
José Manuel Félix Morgado
Maria de Belém Roseira
Maria Joaquina Madeira
Maria João Nicolau Santos

Outras Partes Relacionadas:

Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Soc. Unip., S.A.
Banco Terra, S.A.
Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.
Bolsimo - Gestão Activos S.A.
Caixa Económica Montepio Geral
Carteira Imobiliária - F.E.I.I.A
Clínica CUF de Belém, S.A.
Clínica de Serviços Médicos Comp.s de Belém, S.A.
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.
Finibanco Angola, S.A.
Fundo de Pensões Montepio Geral
Fundo de Pensões Aberto Viva
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A.
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.

Outras Partes Relacionadas (cont.):

HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.
Leacock Prestação de Serviços Limitada
Lusitania Companhia Seguros, S.A.
Lusitania Vida Companhia Seguros, S.A.
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.
Montepio Arrendamento – F.I.I.F.A Habitacional
Montepio Arrendamento II – F.I.I.F.A. Habitacional
Lusitania Companhia Seguros, S.A.
Lusitania Vida Companhia Seguros, S.A.
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.
Montepio Arrendamento – F.I.I.F.A Habitacional
Montepio Arrendamento II – F.I.I.F.A. Habitacional
Montepio Arrendamento III – F.I.I.F.A Habitacional
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Montepio Geral Associação Mutualista
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE
Montepio Holding, SGPS, S.A.
Montepio Imóveis - Sociedade Imobiliária, S.A.
Montepio Investimento, S.A.
Montepio Seguros SGPS, S.A.
Montepio Valor - Soc. Gestora de Fundos de Inv., S.A.
N Seguros, S.A.
Naviser - Transportes Marítimos Internacionais, S.A.
Nebra Energias Renovables, S.L.
Novacambios - Instituição de Pagamento, S.A.
Polaris – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Portugal Estates Fund – F.I.I.F
Residências Montepio - Serviços de Saúde, S.A.
SAGIES - Segurança E Higiene No Trabalho, S.A.
Ssag incentive, Soc.de Serv. Aux. e de Gestão de I., S.A.
SILVIP - Soc. Gestora F.I.I., S.A.
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.
Valor Prime Fundo de Investimento Imobiliário Aberto

* Os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, de acordo com os Estatutos, fazem parte do Conselho de Curadores.

À data de 31 de Dezembro de 2017, os débitos e créditos pela Fundação sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluindo rubricas de Depósitos bancários, Investimentos financeiros são analisados como segue:

	Depósitos à ordem Euros	Participações financeiras Euros	Saldo em 31 de Dez.17 Euros
Caixa Económica			
Montepio Geral	881 633	-	881 633
Associação Mutualista			
Montepio Geral	-	-	-
Leacock, S.A.	-	149 639	149 639
Montepio Gestão de			
Activos - S.G.F.I., S.A.	-	75	75
	<u>881 633</u>	<u>149 714</u>	<u>1 031 347</u>

À data de 31 de Dezembro de 2016, os débitos e créditos pela Fundação sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluindo rubricas de Depósitos bancários, Investimentos financeiros são analisados como segue:

	Depósitos à ordem Euros	Participações financeiras Euros	Saldo em 31 de Dez. 16 Euros
Caixa Económica			
Montepio Geral	982 291	-	982 291
Montepio Geral			
Associação Mutualista			
Montepio Geral	-	-	1 000 000
Leacock, S.A.	-	149 639	149 639
Montepio Gestão de			
Activos - S.G.F.I., S.A.	-	75	75
	<u>982 291</u>	<u>149 714</u>	<u>2 132 005</u>

À data de 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, os ganhos e perdas da Fundação sobre partes relacionadas incluídos nas rubricas de Subsídios, doações e legados à exploração e de Outros gastos e perdas são analisados como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
<i>Ganhos</i>		
Montepio Geral Associação Mutualista	1.000.000	1.000.000
Caixa Económica Montepio Geral		
Cartão + Vida	23.032	24.503
Juros de depósitos a prazo	165	179
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I.,S.A.		
Dividendos	17	81
	<u>1.023.214</u>	<u>1.024.763</u>

17 Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço e antes das demonstrações financeiras terem sido autorizadas para emissão não se verificaram transacções e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação.

18 Divulgações exigidas por diplomas legais

Após a data de balanço e antes das demonstrações financeiras terem sido autorizadas para Informação requerida pelo Artigo 66-A e pelo Artigo 508-F do Código das Sociedades Comerciais:

- a) Não existem operações não incluídas no balanço, pelo que não haverão impactos financeiros a reportar.
- b) O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado, no montante de 25.581 euros seja transferido para Reservas Livres.
- c) Detalhe dos honorários facturados durante o período pelo Revisor Oficial de Contas excluindo IVA:

	2017 Euros	2016 Euros
Auditoria	5 000	5 000
	<u>5.000</u>	<u>5.000</u>

Informações requeridas pelo artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91 e pelo Decreto-Lei nº 534/80:

- a) A Empresa não tem contribuições em dívida à Segurança Social; e
- b) A Empresa não tem impostos em mora ao Estado.



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Montepio Geral** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 1.418.369 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.244.962 euros, incluindo um resultado líquido de 25.581 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adoptada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adoptada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;





- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adoptada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adoptada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorrecções materiais.

Lisboa, 11 de Abril de 2018

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Hugo Jorge Gonçalves Cláudio (ROC n.º 1597)

